

**ESTADO DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

LÚCIA DE JESUS DAVID DIAS CORRÊA

**A REALIZAÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA FALA DO
ARAGUAIENSE: MUDANÇA EM PROGRESSO?**

**CÁCERES, MT
2014**

LÚCIA DE JESUS DAVID DIAS CORRÊA

**A REALIZAÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA FALA DO
ARAGUAIENSE: MUDANÇA EM PROGRESSO?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística oferecido pela Universidade do Estado de Mato Grosso como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Leila Salomão Jacob Bisinoto

**CÁCERES/ MT
2014**

Correa, Lúcia de Jesus David Dias.

A Realização do objeto direto anafórico na fala do araguiense./Lúcia de Jesus David Dias Correa. Cáceres/MT: UNEMAT, 2014.

90f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2014.

Orientadora: Leila Jacob Bisinoto

1. Sociolinguística. 2. Variação e mudança linguística. 3. Objeto direto anafórico. I. Título.

CDU: 81'27(817.2)

LÚCIA DE JESUS DAVID DIAS CORRÊA

**A REALIZAÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA FALA DO
ARAGUAIENSE: MUDANÇA EM PROGRESSO?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Prof^a. Dr^a. Leila Salomão Jacob Bisinoto - UNEMAT
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Edileusa Gimenes Moralis - UNEMAT
membro

Prof^a. Dr^a. Milenne Biasotto - UFGD
membro

Prof^o Dr^o. – Valdir Silva - UNEMAT
suplente

APROVADA EM: 17 / 07 / 2.014

... há várias maneiras de se penetrar o túnel do tempo das línguas. A essas maneiras de se entrar no túnel correspondem, necessariamente, outras tantas maneiras de como se escavar as paredes lingüísticas que o constituem. O que escavar encontra-se, por sua vez, relacionado ao como escavar: os pressupostos teóricos e metodológicos que aprendermos a assumir, podem, na realidade determinar o que se deve (e pode) procurar. Nesse sentido poder-se-ia então dizer que o ponto de vista teórico assumido por si só garante o levantamento e a escolha de perguntas (isto é, dos pontos de escavação). O por que escavar une, no fundo, os desbravadores das várias tendências e pontos de vista em torno de algo comum a todos: o simples e puro desejo da descoberta. (TARALLO, 1990, p. 173)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar meus passos e conceder-me sabedoria à resolução dos obstáculos encontrados ao longo deste caminho.

À prof^a Dr^a Leila Salomão Jacob Bissinoto, pela atenção a mim dedicada, pelo profissionalismo e competência na orientação deste trabalho. Muito obrigada!

Às professoras Dr^a Edileusa Gimenes Moralis e Dr^a Milenne Biasotto, pelo conhecimento compartilhado.

À minha família, pela compreensão de constantes ausências e pelos estímulos à conclusão este trabalho.

A todos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação acadêmica.

À Cristiane Santana e ao Júlio, pelo carinho em atender-me nestes dois anos, nos momentos agradáveis e nos difíceis.

Aos colegas de caminhada, pela amizade e carinho a mim dispensadas.

À Secretária Municipal de Educação e ao Prefeito Municipal de Alto Araguaia, pela concessão de licença para qualificação profissional.

A todos, meus sinceros agradecimentos! Que Deus esteja sempre com vocês!

RESUMO

A presente pesquisa investiga a realização do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala araguiense sob o viés da Teoria da Variação de William Labov (2008). Este trabalho contribui para a descrição de língua da comunidade araguiense, por conseguinte, mato-grossense e brasileira. O *corpus* analisado pertence ao banco de dados do Projeto PEVAL – Projeto para Estudo da Variação Linguística, com efeito, este banco de dados é formado por narrativas gravadas seguindo os passos teórico-metodológicos sugeridos por Labov (2008). Apresentamos um pouco da história da comunidade linguística em estudo, caracterizando o *locus*, o *corpus*, as variáveis dependentes (clítico acusativo, objeto nulo, pronome tônico e sintagma nominal) e os fatores sociais que atuam como condicionadores à variação (variáveis independentes: nível de escolaridade, faixa etária e sexo). Os resultados obtidos nesta pesquisa indicam forte tendência, na fala araguiense, ao desaparecimento dos clíticos acusativos de 3ª pessoa, e, apontam como forma substituta mais frequente: a categoria vazia. Além de ocorrências, menos frequentes, de sintagma nominal e pronome tônico desempenhando a função de objeto direto anafórico.

Palavras-chave: sociolinguística, variação e mudança linguística, objeto direto anafórico.

ABSTRACT

This research investigates the realization of the anaphoric direct object of 3th person in the araguiense speech under the obliquity of the Theory of Variation by William Labov (2008). The *corpus* analyzed belongs in the bank of dice of Project Peval – Project for Study of Variation Language, the same is formed by narratives recorded following the paces theoretician-methodological by Labov (2008). We present a little of community history in study, characterizing the *locus*, the *corpus*, the dependent variables (accusative clitic, null object, tonic pronoun and noun phrase) and the social factors conditioners at the variation, independent variables. The results obtained show us the importance of internal factors to linguistic system, by example, the trace semantic of antecedent, so as, of external factors. The results in this research show us form tendency, in the araguiense speech, to disappearance of the accusatives clitics of 3th person, and, indicates the substitute form most frequent: the empty category. Also, the are occurrences, less frequent, noun phrase and tonic pronoun performing the function of anaphoric direct object.

Keywords: sociolinguistic, variation and change linguistic, anaphoric object direct

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Limites entre Alto Araguaia-MT e Santa Rita do Araguaia-GO.....	49
Figura 2: Vista aérea da divisa de estados Mato Grosso e Goiás.....	49
Figura 3: Chegada à Mato Grosso por Alto Araguaia.....	50
Figura 4: Entrada à Goiás por Santa Rita do Araguaia.....	50
Gráfico I. Cômputo geral do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala do araguiense.....	61
Gráfico II A realização do objeto direto anafórico segundo a escolaridade.....	67
Gráfico III A realização do objeto direto anafórico segundo o fator escolaridade.....	69
Gráfico IV Distribuição do condicionamento linguístico segundo o fator social sexo.....	73
Gráfico V Distribuição do condicionamento linguístico segundo o fator social escolaridade.....	74
Gráfico VI Distribuição do condicionamento linguístico segundo o fator social idade.....	75
Gráfico VII A correlação do pronome tônico <i>versus</i> escolaridade.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 <i>Corpus</i> selecionado para análise.....	63
Tabela 02 Cômputo geral da realização do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala araguiense.....	64
Tabela 03 Distribuição das variantes pelo fator sexo.....	65
Tabela 04 Distribuição do fator sexo pelas variantes.....	66
Tabela 05 Distribuição das variantes pela escolaridade.....	67
Tabela 06 Distribuição do condicionamento escolaridade pelas variantes.....	68
Tabela 07 Distribuição das variantes pelo fator faixa etária.....	70
Tabela 08 Distribuição do fator faixa etária pelas variantes.....	71
Tabela 09 Distribuição geral da natureza semântica do antecedente ao fenômeno extralinguístico.....	72
Tabela 10 Distribuição do condicionamento linguístico segundo o fator social sexo.....	73
Tabela 11 Distribuição do condicionamento linguístico segundo o fator social escolaridade.....	74
Tabela 12 Distribuição do condicionamento linguístico segundo o fator social idade.....	75
Tabela 13 Distribuição dos dados computados segundo objeto nulo.....	76
Tabela 14 Distribuição dos dados computados segundo a variante clítico acusativo.....	77
Tabela 15 Distribuição dos dados computados segundo a variante sintagma nominal.....	78
Tabela 16 Distribuição dos dados computados segundo a variante pronome tônico.....	79
Tabela 17 Quadro geral das ocorrências.....	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. PANORAMA TEÓRICO-HISTÓRICO	14
1.1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1.2- DESCREVENDO O OBJETO DIRETO NA LÍNGUA PORTUGUESA.....	18
1.2.1- SISTEMA PRONOMINAL NA PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA	18
1.3 Pesquisas relacionadas à expressão do objeto direto anafórico	26
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	32
3- A PESQUISA: objetivo, hipótese e metodologia	42
3.1- OBJETIVOS DESTA INVESTIGAÇÃO	42
3.2- HIPÓTESES LEVANTADAS	43
3.3- METODOLOGIA: delimitando o objeto de estudo	43
3.3.1- O <i>corpus</i>	43
3.3.1- O <i>lócus</i>	48
3.3.3- Envelopes de variação.....	50
3.4- Fatores condicionadores na variação.....	55
3.4.1- O fenômeno linguístico.....	55
3.4.2- Grupos de fatores extralinguísticos.....	57
4. RESULTADOS GERAIS: A ANÁLISE.....	60
4.1 O fenômeno extralinguístico.....	62
4.1.1 A expressão das variantes segundo o fator sexo	64
4.1.2 A expressão das variantes segundo o fator escolaridade.....	66
4.1.3 A expressão das variantes segundo o fator faixa etária.....	68
4.2 O fenômeno linguístico <i>versus</i> o extralinguístico e suas correlações.....	71
4.3 Análise geral dos dados	80
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS	83

INTRODUÇÃO

Dentre as inumeráveis possibilidades de se tratar cientificamente os fenômenos linguísticos, a partir de teorias e métodos desenvolvidos pelos estudiosos pós-saussureanos, desperta-nos especial interesse a teoria variacionista laboviana¹, que propõe olhar para a língua falada em situações reais de uso, afetada e afetando as relações sociais, políticas, culturais e econômicas dos sujeitos. É sob essa orientação teórica, da qual trataremos mais detalhadamente adiante, que desenvolvemos o presente trabalho, buscando descrever a realização do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala do araguaense².

Estudos realizados anteriormente nessa direção, em diversas regiões do nosso país, instigaram-nos a descrever o objeto direto anafórico na comunidade araguaense³. Entre eles temos: Duarte (1986), Berlinck (1988 e 1989), Roberts e Kato (1996), Faraco (1996), Cyrino (1997 e 1999), Averbug (2000), Freire (2000), Dalto (2002), Matos (2005), Galves (1996 e 2001), e, Naro e Scherre (2007). Estes estudos constataram que não só os clíticos acusativos de 3ª pessoa funcionam como objeto direto anafórico, mas também, a categoria vazia, o pronome tônico e o sintagma nominal.

Motivadas pela variação linguística, especificamente a realização do objeto direto anafórico, registrada em outras regiões do Brasil, propomos desenvolver a presente pesquisa descrevendo esta variação à luz dos pressupostos teórico-metodológicos de William Labov (2008).

Inicialmente, consideramos como hipótese norteadora deste trabalho que, na fala do araguaense o clítico acusativo de 3ª pessoa está sendo substituído, preferencialmente, pela categoria vazia; menos frequente, pelo sintagma nominal e pronome tônico *ele, ela*.

Estruturamos o presente trabalho da seguinte forma:

No capítulo 1, procuramos descrever o objeto direto segundo uma revisão da literatura, apresentando um breve percurso histórico do sistema pronominal na perspectiva da Gramática Normativa e um levantamento sucinto de estudos diacrônicos do objeto direto realizados no Brasil.

¹William Labov desenvolveu os pressupostos teórico-metodológicos para a pesquisa sociolinguística considerando a fala em uso como objeto de estudo. Este método de pesquisa foi denominado Teoria da Variação.

²Araguaense é a pessoa que nasce no município de Alto Araguaia-MT.

³Neste trabalho definimos a comunidade araguaense como a zona urbana das cidades de Alto Araguaia-MT e Santa Rita do Araguaia-GO, por possuírem a mesma identidade linguística e cultural. Descreveremo-nas com mais detalhes no capítulo 3.

No capítulo 2, apresentamos a teoria que ampara a presente pesquisa. Seguimos o modelo teórico-metodológico para pesquisa sociolinguística desenvolvido por Labov nos anos 1960 e 1970 nos Estados Unidos. Este modelo de pesquisa linguística instaurou os estudos sobre a fala em seu contexto social.

No capítulo 3, delineamos a metodologia desenvolvida e delimitamos o nosso objeto de estudo. Apresentamos um pouco da história da comunidade linguística em estudo, expusemos o *lócus*, o *corpus*, os envelopes de variação e os fatores condicionadores à variação.

No capítulo 4, descrevemos os resultados obtidos a partir do *corpus* pertencente ao banco de dados do Projeto Peval – Projeto para Pesquisa e Estudo de Variação Linguística – da UNEMAT-Campus Universitário de Alto Araguaia.

Por fim, registramos as nossas considerações finais sobre a realização do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala do araguaense.

Iniciemos, então, a apresentação de nosso estudo.

1. PANORAMA TEÓRICO-HISTÓRICO

1.1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pesquisas linguísticas realizadas no Brasil contribuíram para a descrição de língua deste vasto território nacional, além de mostrar-nos a crescente variação do português brasileiro (PB), que o faz distanciar-se cada vez mais de sua língua-mãe – o português europeu (PE). Entre essas pesquisas, temos: Duarte (1988 e 1989), Berlinck (1988 e 1989), Roberts e Kato (1996), Faraco (1996), Cyrino (1997 e 1999), Averbug (2000), Freire (2000), Dalto (2002), Matos (2005), Galves (1996 e 2001), Naro e Scherre (2007).

Ao longo do tempo, a língua falada pelos portugueses que aqui chegaram teve contato com diferentes culturas linguísticas no cenário brasileiro, o que favoreceu a formação de características linguísticas específicas do português brasileiro. Com efeito, nessa formação linguística considera-se relevante o multilinguismo praticado no Brasil desde o período colonial: quando os portugueses chegaram às terras brasileiras, havia as línguas faladas pelos habitantes nativos, ou seja, as falas já apresentavam uma ampla variedade constitutiva de troncos linguísticos que reuniam dezenas de línguas indígenas. Por conseguinte, as línguas indígenas, os falares dos portugueses, africanos e europeus, constituíram-se um quadro linguístico que nos permite compreender o distanciamento do português brasileiro de sua origem europeia, configurando um sistema linguístico plural e diversificado.

Desde o início da colonização, vários fatores contribuíram para a existência de uma diversidade linguística, que incluía, além das múltiplas línguas indígenas existentes, o tupinambá ou, como foi denominada posteriormente pelos colonizadores, a língua geral, línguas africanas, bem como a própria língua portuguesa e, com o passar do tempo, um nascente português brasileiro. Essas línguas, no entanto, circulavam em diferentes espaços sociais [...]. (MARIANI, 2004, p. 22)

A formação histórica do português brasileiro não é foco desta pesquisa, mas é importante ressaltar que os movimentos sociais e políticos provocaram efeitos na formação linguística de nosso país. Estes movimentos resultaram em uma língua que possui características especiais e exclusivas (como ocorre com todas as línguas), ou seja, apresenta variações sociais (diastráticas), geográficas (diatópicas), estilísticas (diafásicas) e históricas. Tais variações imprimem à língua uma dinamicidade que resulta invariavelmente em mudanças linguísticas.

Nesta pesquisa, analisaremos na fala araguiense, apenas a variação diastrática, cuja definição se esclarece em Alkmin (2001):

De uma perspectiva geral, podemos descrever as variedades linguísticas a partir de dois parâmetros básicos: a variação geográfica (ou diatópica) e a variação social (ou diastrática).

A variação social ou diastrática, por sua vez, relaciona-se a um conjunto de fatores que têm a ver com a identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade de fala. Neste sentido, podemos apontar os seguintes fatores relacionados às variações de natureza social: a) classe social; b) idade, c) sexo, d) situação ou contexto social (ALKMIM, 2001, p. 34-35).

Segundo Labov (2008), ao definir a língua falada como objeto de estudo, o sociolinguista deve entender, descrever e explicar os processos de variação desse sistema linguístico, identificando os fatores que o caracterizam e analisando os fatores condicionantes presentes em contextos linguísticos e sociais que favorecem ou restringem o uso de uma ou outra variante.

A teoria laboviana (LABOV, 2008) demonstra que esse movimento de transformação da língua, a que o autor denomina “mudança em progresso”, não acontece de imediato; pelo contrário, o linguista deve colher e catalogar evidências dispersas ao longo dos anos, definindo dois pontos-chaves, X e Y, sendo X a variante em declínio de uso e Y a variante com uso em ascensão. A partir da análise desses dois pontos, torna-se possível identificar os fatores condicionantes e descrever o processo de transição entre o apagamento de uma pelo crescimento do uso da outra variante. A este respeito Duarte e Paiva (2006) afirmam que

Na medida em que identificamos os condicionamentos que agem sobre a mudança, adiantamos uma explicação da forma como a mudança vai se expandindo por diferentes contextos estruturais. (DUARTE e PAIVA, 2006, p. 143).

Os traços linguísticos em processo de mudança recebem, por parte dos falantes, uma carga avaliativa, positiva ou negativa. A maioria dos estudos apontam que quanto mais uma variante for associada a estilos de fala mais formais, será considerada de maior prestígio, sendo-lhe atribuído um valor positivo em ascensão; por outro lado, quanto mais a variante for associada a estilo de fala mais informal será de menor prestígio, propiciando o aumento do

processo de apagamento, um valor negativo. Entretanto, ressalve-se que motivações de ordem política podem contrariar essas premissas⁴.

A Sociolinguística propõe estudar a diversidade linguística, a língua em uso, os aspectos sociológicos da linguagem, ou seja, o caráter e a função social da linguagem, observando suas repercussões no comportamento do indivíduo e os efeitos de condicionadores externos, como: faixa etária, sexo, classe social, escolaridade e profissão. Estudos nesta perspectiva, que mencionaremos adiante, mostram-nos que escolhas linguísticas na produção da fala são determinadas por condicionadores, que incluem ainda a época histórica, o grupo social em que o locutor e/ou interlocutor está inserido, a origem geográfica de ambos.

Tais estudos indicam que no fator categorizado como classe social encontramos construções linguísticas de grupos situados abaixo na escala social, como: uso de dupla negação “ninguém não viu” ou “eu nem num gosto”.

Quanto ao fator social idade, na fala de jovens são comuns as variações no uso de léxico em particular, como as gírias “e aí, véi?” “da hora”; já na fala de pessoas mais idosas pode-se perceber uma posição lexical mais conservadora.

No que se refere ao fator social sexo, observa-se o uso abundante do diminutivo “inho/a” na fala feminina, como: bonitinho, gostosinho, fofinho, apontando diferença em relação à fala masculina. Também, pode-se perceber intuitivamente diferença entre a fala masculina e feminina quanto ao ritmo e tom de voz, na escolha de estruturas sintáticas, no uso de certos vocábulos e/ou omissão de outros.

Outro comportamento observável e já apontado por Labov (2008) configura-se no fato de que o falante “manipula” a sua fala de acordo com seu interlocutor conforme a situação comunicativa ou contexto social: em conversação entre amigos, momentos de descontração, entrevista de emprego, no ambiente de trabalho, em uma conferência, etc. Isto porque o falante pondera entre as múltiplas possibilidades para criar um contexto linguístico adequado à situação em que se encontra, ou poderá passar por algum constrangimento em virtude de inadequação linguística. Nesta perspectiva, a fala pode representar graus de formalidade ou de informalidade.

⁴ Não é correto afirmar categoricamente que a fala mais próxima da forma padrão sempre será a mais prestigiada, como mostra Labov (2008) no seu estudo linguístico da comunidade de Martha's Vineyard, em que o valor positivo foi atribuído a uma variante informal e não-padrão, tornando-se a variante prestigiada. Valorizar um traço linguístico local e popular foi a forma encontrada pelos ilhéus para demarcar e defender seus espaços geográficos e políticos contra a invasão de forasteiros.

Segundo Labov (2008), para Fishman o indivíduo adquire gradativamente competências comunicativas e sociolinguísticas, ou seja, a habilidade de passar de uma variedade linguística para outra, quando necessário, às vezes no mesmo contexto social comunicativo. Por exemplo, se é oportuno dizer “saíam daqui, já” ou “por favor, dirijam-se à saída”.

De acordo com Labov (2008), percebe-se que a padronização se define historicamente, ou seja, os falantes determinam o que é padrão em sua língua, como determinadas pronúncias, construções gramaticais e expressões lexicais. Por conseguinte, uma variedade pode ser considerada padrão em uma determinada época e em outra não, conforme exemplifica Alkmim (2001): a forma de tratamento “Vossa Senhoria” designada ao rei no século XV, também, as formas “depois”, “escuitar”, “intonce”.

Alkmim (2002) ressalta que, a variedade padrão também conhecida como língua padrão, norma culta ou língua culta,

é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo “correto” de falar (ALKMIN, 2002, p. 40).

Devido à avaliação das variedades linguísticas, é comum ouvirmos falar em língua “simples”, “inferiores” ou “primitivas”, entretanto, para a Linguística não existe língua inferior, nem variedade linguística inferior, simplesmente, porque a língua não é homogênea e as variações são fruto de seu uso na história e em seu presente.

Para Sapir (1971), toda língua é suficiente e adequada à comunidade que a utiliza. A língua supre as necessidades comunicativas de seus falantes, possibilita a seus usuários exprimir seus pensamentos, sentimentos e o mundo ao seu redor. As atitudes sociais que pretendem inferiorizar uma língua ou variedade linguística não se fundamentam em critérios linguísticos, são meramente julgamentos de natureza política e social. Trata-se de um jogo de força e poder, que alguns autores relacionam à figura da guerra.

Encerrando as discussões propostas até o momento, cumpre ressaltar o dinamismo na língua em uso, o movimento ao longo de seu processo histórico. Uma variante inovadora pode tornar-se padrão ou não. A língua em uso por uma comunidade linguística está sempre sujeita à variação, condicionada por diversos fatores linguísticos ou extralinguísticos, como: nível de escolaridade, origem (espaço geográfico), classe social, idade, entre outros.

Considerando que os estudos nessa área permitem-nos compreender o processo de variação e mudança de uma língua, bem como seus efeitos para a comunidade que a usa, propusemo-nos mobilizar conceitos e método da Sociolinguística para investigar o processo de variação e mudança linguística quanto à realização do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala do araguiense.

A constituição histórica do objeto direto lança luzes sobre a compreensão de seu funcionamento e sua variação no tempo e no espaço. Neste sentido, faremos, a seguir, uma breve explanação desse percurso.

1.2- DESCRREVENDO O OBJETO DIRETO NA LÍNGUA PORTUGUESA

Dentre os inúmeros fenômenos variáveis do PB, recortamos neste estudo a reorganização do sistema pronominal. A mudança na sintaxe pronominal resulta, dentre outros rearranjos, na perda do clítico acusativo, substituído por outras estratégias, a saber, categoria vazia [cv], pronome tônico [ele e suas flexões] e sintagmas nominais.

Inicialmente, consideramos interessante descrever um breve percurso histórico do emprego do objeto direto, por conseguinte, revê-lo sob a perspectiva da prescrição dos compêndios gramaticais. Por fim, fazer uma revisão da literatura sobre o objeto direto, discutindo estudos de alguns pesquisadores, de natureza sincrônica e diacrônica.

1.2.1- SISTEMA PRONOMINAL NA PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA

1.2.1.1 – O conceito diacrônico de Gramática

Passemos aos apontamentos históricos, baseados em Camara Jr. (1975). Segundo o referido autor, o conceito de gramática tradicional surgiu na Antiguidade Clássica para a língua grega e latina e, a partir de então, muitos estudiosos se aventuraram nesse caminho fundamentado no modelo greco-latino. Em português temos os pioneiros Fernão de Oliveira e João de Barros, no século XVI.

Camara Jr. (1975) ressalta que Jerônimo Soares Barbosa, no século XVIII, inaugurou as Gramáticas Filosóficas do Português. Propôs explicar a organização e o funcionamento das formas linguísticas. Com efeito, estas gramáticas fundamentavam-se na lógica descrita por Aristóteles na Antiga Grécia e Descartes no século XVII. Recentemente, na segunda metade do século passado, Noam Chomsky se interessou pelas gramáticas filosóficas.

De acordo com Camara Jr.(1975), já em meados do século XIX, John Stuart Mill propôs uma revisão e lançou novas perspectivas para a lógica aristotélica e cartesiana, mas ainda não foram suficientes para se considerar as gramáticas filosóficas como ciência teórico-metodológica para o estudo analítico rigoroso das leis de raciocínio.

No século XX, o inglês Bertrand Russel se destacou entre os estudiosos de sua época por considerar as gramáticas filosóficas no viés da matemática, intitulando-a de lógica simbólica, caracterizando a subjetividade da mente nos processos comunicativos “em que as línguas refletem a maneira de as ver por parte de homens que se acham nelas interessados e até integrados” (CAMARA JR. 2009, p. 12).

Camara Jr. observou que, no século XIX, também se registrou a tendência em considerar o estudo da gramática sob os fundamentos da psicologia com participação da filosofia romântica. Nesse estudo, ressaltavam-se os aspectos psicológicos da língua, observando intensamente o nível de emoção e fantasia envolvido nesse processo.

Câmara Jr. afirma que a maioria dos estudos linguísticos desenvolvidos no século XIX baseavam-se na comparação entre línguas com o intuito de identificar seus pontos comuns e agrupá-las em “famílias de línguas”; o resultado desse trabalho denominava-se gramática histórico-comparativa. Ainda no século XIX, houve muito interesse pela gramática histórica, que objetiva observar a história das mudanças ao longo do tempo. Por fim, Hermann Paul e Friedrich Kainz, ambos do século XX, separaram os estudos linguísticos da psicologia.

Nos princípios do século XX, segundo Camara Jr. (1975), Anton Marty conduziu os estudos linguísticos com as contribuições das leis históricas e das descritivas. Mas a Linguística firmou o estudo descritivo da língua de forma sistemática a partir das contribuições de Ferdinand Saussure, professor na Universidade de Genebra, quando dois de seus discípulos publicaram “Curso de Linguística Geral”.

Camara Jr. (1975) afirma que, ao mesmo tempo, Franz Boas instituiu o princípio e a técnica de uma gramática descritiva. Posteriormente, Sapir e Leonard Bloomfield propuseram uma linguística descritiva e a revisão das gramáticas descritivas das línguas

europeias. Fundamentados em Bloomfield, outros linguístas formularam técnicas descritivas mais objetivas e rigorosas.

Ainda segundo Camara Jr.(1975), Bloomfield e seus discípulos sofrem grandes críticas, principalmente por desconsiderar o valor significativo das formas linguísticas descrito por Saussure. Por outro lado, para Sapir, “as línguas, como já frisamos, repousam numa lógica imanente e numa psicologia coletiva intuitiva, que a lógica, em qualquer de seus aspectos (de Aristóteles, de Descartes de Stuart Mill e simbólica), e a psicologia clássica não tinham considerado” (CAMARA JR., 2009, p. 14).

Diante do exposto, temos a gramática normativa e a gramática descritiva. Segundo Camara Jr. (2009) é um erro misturá-las, e a gramática descritiva não nulifica a normativa, pois a língua deve ser ensinada na escola e “tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa” (TONNELAT, 1927 *apud* CAMARA JR. 2009, p. 15). Vale ressaltar que a gramática normativa precisa da gramática descritiva (linguística sincrônica), uma vez que, “regras de direito que não assentam na realidade social, depreendida pelo estudo sociológico puro, caem no vazio e são ou inoperantes ou negativas” (CAMARA JR. 2009, p. 16).

Nesse sentido, Camara Jr.(2009) indica o estudo e aprendizado dos princípios gerais de linguística para todos os indivíduos, pois assim, o falante adquirirá uma gramática descritiva sem preocupações normativas, ou seja, o falante conhecerá tanto a gramática normativa quanto a descritiva; por conseguinte, poderá adequar, com excelência, a sua fala à cada situação comunicativa.

1.2.1.2- Um estudo diacrônico do objeto direto

Traçando um panorama histórico do objeto direto faz-se necessário realizar um retorno às origens dos pronomes pessoais, especificamente os de 3ª pessoa. Vale ressaltar que há poucos registros de estudos históricos dos pronomes. Autores como Pereira (1932), Nunes (1960), Coutinho (1976), Câmara Júnior (1979), Cunha (1985) e Tarallo (1990) propuseram-se a descrevê-los resumidamente.

Na obra *Tempos linguísticos: Itinerário histórico da Língua Portuguesa*, Tarallo (1990) apresenta uma análise da evolução do latim clássico às origens das línguas românicas,

especificamente a língua portuguesa, identificando e interpretando as perdas e ganhos deste processo. O autor analisa os níveis fonológico, morfológico e sintático.

O trabalho demonstra que no decorrer deste processo evolutivo as perdas e os ganhos se equilibram, ou seja, “ao mesmo tempo que traços do latim clássico desapareciam, novos traços surgiam no latim falado e eram mantidos no português” (TARALLO, 1990, p. 117).

Quanto ao que interessa à presente pesquisa, o nível morfológico, Tarallo discorre sobre a redução das cinco declinações do latim clássico para três, a observar: a primeira (glacia, ae) e a terceira declinação fundiram-se com a quinta (glacies, ei); a segunda (fructus, i) juntou-se com a quarta (fructus, us).

Também houve a redução dos casos. O mencionado autor define caso como sendo desinências no final de nomes que representam significações; as declinações são distintas pelas seis desinências de caso do latim clássico. Em outras palavras, os casos definem as declinações no latim clássico. Especificamente, observemos a definição do caso acusativo do latim:

Acusativo – Reúne em si o ablativo e o acusativo antigos, mas naturalmente em um bom número de suas funções já não se constrói sozinho: êle se reduz a uma espécie de caso regime, que exprime numerosos complementos por meio de preposições. Continua, porém, a ser caso de *objeto direto*, freqüentemente do predicativo do objeto direto, do complemento de *duração e de medida*, muitas vês ainda o do complemento de tempo, de diferença, etc. (MAURER, 1959, p. 176)

Tarallo (1990) ressalta que a fusão ocorrida entre as declinações deve-se, principalmente, a supressão de vogais nos finais de palavras ocorridas no latim vulgar, justificadas por suas proximidades fonéticas.

Segundo o autor, as mudanças ocorridas no nível fonológico eram motivadas pela proximidade fonética, conseqüentemente, provocavam mudanças no nível morfológico. Com efeito, as desinências de caso reduziram-se a nominativo e acusativo. No trecho abaixo, podemos observar a exemplificação desse processo evolutivo do latim:

O nominativo absorveu o vocativo praticamente em todas as declinações, e, por outro lado, com o emprego cada vez mais freqüente de preposições na língua falada, tornaram-se desnecessários o genitivo, o dativo e o ablativo que apareciam substituídos pelo acusativo; por exemplo, ablativo plural *cum discentibus* costumava aparecer no latim falado com acusativo *cum discentes*. (TARALLO, 1990. P. 118)

Segundo Tarallo (1990), o artigo surgiu somente no latim falado em seus momentos finais já sob influência pré-romano. Por sua vez, o artigo definido originou-se de *ille* pronome demonstrativo, evoluindo da seguinte forma:

- Masculino singular: *illu > elo > lo > o*
 - Feminino singular: *illa > ela > la > a*
 - Masculino plural: *illos > elos > los > os*
 - Feminino plural: *illas > elas > las > as*
- (TARALLO, 1990, p. 137)

A evolução dos artigos definidos foi impulsionada pela evolução dos pronomes clíticos átonos. Os artigos definidos são idênticos aos pronomes clíticos átonos, mas cada um desempenha funções diferentes na frase. Os clíticos não eram marcados formalmente no latim clássico, mas havia a função.

Conforme estudos de Fagundes (1997), o pronome pessoal de 3ª pessoa não tinha representação no latim clássico, originou-se no latim vulgar inspirado pelo pronome demonstrativo *ille*, porém na escrita o seu uso poderia ser dispensado caso não comprometesse o entendimento da frase. Desde sua constituição, os pronomes poderiam desempenhar a função ou de sujeito ou de complemento. Tanto no latim vulgar como nas línguas românicas, as quais evoluíram a partir do latim, o pronome pessoal quando estava representando o sujeito da frase poderia ser omitido, mas era necessário realizá-lo quando exercia a função de complemento.

Em Silva Jr. e Andrade (1907), temos um quadro detalhado da representação pronominal do latim, como se vê para a forma singular:

SINGULAR				
	Masculino		Feminino	
	<i>Latim</i>	<i>Portug.</i>	<i>Latim</i>	<i>Portug.</i>
Nom. (sujeito)	<i>Ille</i>	<i>elle</i>	<i>illa</i>	<i>ella</i>
Acc. (Reg. Directo)	<i>Illum</i>	<i>o (ello, lo)</i>	<i>illam</i>	<i>a (la)</i>
Dat. (Reg. Indirecto)	<i>illui (ili, li)</i>	<i>lhe (er, lures)</i>	<i>illei (illi, li)</i>	<i>lhe</i>
Relação prepositiva	-	<i>elle</i>	-	<i>ella</i>
Ablativo	<i>Illo</i>	<i>Comsigo</i>	<i>illa</i>	<i>consigo</i>

(SILVA JUNIOR e ANDRADE, 1907, p. 250-251, *apud* GONÇALVES, 1997, p. 17)

Para a forma plural o seguinte quadro:

PLURAL				
	Masculino		Feminino	
	<i>Latim</i>	<i>Portug.</i>	<i>Latim</i>	<i>Portug.</i>
Nom. (sujeito)	<i>Illi</i>	<i>eles</i>	<i>illas</i>	<i>ella</i>
Acc. (Reg. Directo)	<i>Illos</i>	<i>os (los)</i>	<i>illas</i>	<i>a (la)</i>
Dat. (Reg. Indirecto)	<i>Illorum</i>	<i>lhes (lures)</i>	<i>illorum</i>	<i>lhe</i>
Relação prepositiva	-	<i>elles</i>	-	<i>ellas</i>
Ablativo	<i>Illis</i>	<i>comsigo</i>	<i>Illa</i>	<i>comsigo</i>

(SILVA JUNIOR e ANDRADE, 1907, p. 250-251, *apud* em GONÇALVES, 1997, p. 17)

Observemos que no latim havia apenas os pronomes de 1ª e 2ª pessoas *ego*, *nos*, *tu* e *vos*. Em relação ao pronome de 3ª pessoa os referidos autores ressaltam:

1.ª *Elle*, *ella* são formas dos primeiros docs. (Século XII), que tinham por concorrentes as arcaicas *-el*, *ello* (n.=*illud*) e *ille*.

Renhiram *ellas* por tempo mais ou menos dilatado. *El* desapareceu no fim do período arcaico; *ellos*, *elhas*, só persistiram no século XII, e primeiras décadas do imediato: a forma pura *ille* caiu no fim do século XIV; *ello* perdeu-se no século XV, em que também concorreu um forma tónica de *el* (*salveseli*).

A forma *ello*, *elle*, do regimen directo, desapareceu ante o pronome *o* (lo).

2.ª *Lhe* deriva de *illi* (*illi* huic=este, contr em *ill'huic*, d'onde *illuic*, que se encontra na forma *illui* nas inscrip. romanas).

Apresenta tres formas intermediarias *-li*, *illi* e *lhe* (*lhe*, *lhy*), plural *les*, *lhis*.

Li (le) é frequentemente nos primeiros docs. da língua (J.P.Rib. Dissert.), *illi* (ille) apparecem esporadicamente nos séculos XII e XIII; *le*, *les*, *lle*, *lles*, *lly*, *lhi*, são variantes graphicas do seculo XIV, já correspondentes a *lhe*, *lhes*. EX: *-que li plaza fazeles ajuda* (Rib. Diss.), *Me fez Deus* (Canc Aff.), *lly for demandando* (F. Galvão), antes *lhe quero a mha senhor dizer*, *coytas lhi davan amor*. (C. Vat.).

Lhe conservou-se invariável até o seculo XVI. (SILVA JUNIOR e ANDRADE, 1907, p. 251-252, *apud* GONÇALVES, 1997, 18).

Diante o exposto, podemos observar as origens dos pronomes pessoais na língua latina, o surgimento do pronome de 3ª pessoa a partir do demonstrativo *ille*, *illa*, *illud* e o uso da forma nominativa pela acusativa e vice-versa.

Após revermos um pouco da história sobre a origem do objeto direto, consideramos relevante observá-lo como está prescrito na gramática normativa.

1.2.1.3- O objeto direto na perspectiva da gramática normativa regente

Um assunto bastante instigante aos gramáticos tem sido a colocação pronominal, principalmente o pronome oblíquo átono. Vale observar que os estudos linguísticos realizados em diversas regiões do Brasil, por Tarallo (1990), Duarte (1986), Omena (1981), entre outros, descrevem o processo de reinterpretação do pronome pessoal e sua funcionalidade na sentença.

De fato, o pronome pessoal do caso reto, gramaticalmente indicado para exercer a função de sujeito, tem um recorrente emprego na fala como objeto direto em substituição ao clítico átono de 3ª pessoa. Também ocorre que a gramática tradicional atribui ao clítico a função de objeto direto, mas também pode desempenhar a função de sujeito do infinitivo em construções como: “*Deixei-o passear*” (ALMEIDA, 1963).

O gramático Pereira (1932) afirma que o pronome em caso reto pode desempenhar apenas a função sujeito, porém, há casos especiais em que o pronome oblíquo pode representar o sujeito do infinitivo, com os verbos fazer, deixar, ver, ouvir, mandar entre outros.

Em Almeida (1963), também encontramos a menção ao sujeito acusativo representado por um clítico, apesar de essa função ser específica de um pronome pessoal do caso reto; o autor demonstra esse fenômeno, principalmente com os verbos deixar, fazer, mandar, ouvir, sentir e ver. “Nota – São portanto erradas as construções: “*Fiz êle entrar*” – “*Vi elas sair*” – “*Deixei êle passear*” – “*Viu eu entrar*” – em vez de: “*Fi-lo entrar*” – “*Vi-as sair*” – “*Deixei-o passear*” – “*Viu-me entrar*”. (ALMEIDA, 1963, p. 347)

Rocha Lima (1956) igualmente discute a estratégia de realização do clítico na função de sujeito de um infinito, dessa forma, em “*mandei-o entrar*” (p. 37), o clítico *o* exerce a função de objeto direto do verbo ‘*mandei*’ e, também, a função de sujeito do verbo ‘*entrar*’. “Essa sintaxe é latina e, com frase progressiva, pode estar o verbo em gerúndio ou infinitivo precedido de *a*, exemplos: a) – *Deixei-as dormindo*; b) – *Quero-as dançando* ou *a dançar*; c) – *Ouvi-a cantando* ou *a cantar*; d) – *Vi-a querendo chorar*”. (JOSÉ OITICICA, 1940, p. 221-222, *apud* GONÇALVES, 1997, p. 16).

De acordo com Cunha (2001, p. 140), o objeto direto *é o* “complemento do verbo transitivo direto, ou seja, o complemento que normalmente vem ligado ao verbo sem preposição e indica o ser para o qual se dirige a ação verbal”. Pode caracterizar-se por substantivo, pronome (substantivo), numeral, palavra ou expressão substantivada, oração

substantiva. Ainda ressalva que o objeto direto pode ser constituído por dois ou mais de seus equivalentes.

Cegalla (2005) define as seguintes características quanto ao objeto direto: completa a significação dos verbos transitivos diretos; normalmente, não vem regido de preposição; traduz o ser sobre o qual recai a ação expressa por um verbo ativo.

Cunha (2001) define o objeto direto preposicionado como o caso em que o OD aceita a companhia de uma preposição, geralmente a preposição *a*. Isso ocorre quando os verbos exprimem sentimentos, para evitar ambiguidade ou quando vem antecipado, como no caso dos provérbios.

Descrevendo as condições de ocorrência do objeto direto preposicionado, Cegalla (2005) relaciona os seguintes casos: quando o objeto direto é um pronome pessoal tônico; quando o objeto direto é um pronome relativo *quem*; quando precisamos assegurar a clareza de frase, evitando que o objeto direto seja tomado como sujeito, impedindo construções ambíguas; em expressões de reciprocidade, para garantir a clareza e a eufonia da frase; com nomes próprios ou comuns, referentes a pessoas, principalmente na expressão dos sentimentos ou pela eufonia da frase; em construções enfáticas, nas quais antecipamos o objeto direto para dar-lhe realce; sendo o objeto direto o numeral *ambos (as)*; com certos pronomes indefinidos, sobretudo referentes a pessoas; por fim, em certas construções enfáticas como *puxar* ou *arrancar*.

Cunha (2001), também, descreve o objeto direto pleonástico, “quando se quer chamar atenção para o objeto direto que precede o verbo, costuma-se repeti-lo”, normalmente, constituído por um pronome pessoal átono, ou ainda, uma forma pronominal tônica preposicionada.

Segundo Cunha (2001), quando o objeto direto deve ser retomado em uma situação de comunicação, é denominado de objeto direto anafórico. A gramática normativa indica os pronomes pessoais oblíquos para desempenhar esta função.

Cunha (2001) ressalta que quando o pronome oblíquo da 3ª pessoa funciona como objeto direto é representado antes do verbo pelas formas *o, a, os, as*; quando é colocado depois do verbo, necessariamente, é ligado por hífen, ou seja, forma um pronome enclítico. Nesse último caso, é muito importante lembrar que sua forma varia de acordo com a terminação do verbo, vejamos: se o verbo terminar em *-r, -s* ou *-z*, eliminam-se estas consoantes e acrescentam-se os pronomes *lo, la, los, las*. O mesmo pode ocorrer quando posposto ao designativo *eis* ou aos pronomes *nos* e *vos*; se o verbo terminar em vogal ou

ditongo oral, usam-se *o, a, os, as*; se o verbo terminar em ditongo nasal usam-se os pronomes enclíticos *no, na, nos, nas*.

Câmara Jr. propõe uma reflexão quanto à relação dos pronomes na função de objeto direto, especificamente: “no campo da terceira pessoa do singular e plural, notamos uma oposição da série *o, a*, de um lado, e, de outro, *lhe*, correspondente na oposição entre caso acusativo e caso dativo no sistema nominal e pronominal do latim” (CAMARA JR., 2009, p. 117 e 118).

O mesmo autor define as formas *o, a, os, as* na função de objeto direto como complemento de verbos ativos, em que o sujeito pratica a ação sobre outro ser que se torna objeto dessa ação, diretamente. Por outro lado, o pronome *lhe* é restrito aos verbos dativos cuja ação culmina em um objeto indireto que se subordina ao verbo por uma preposição.

1.3 Pesquisas relacionadas à expressão do objeto direto anafórico

Retomando a obra *Tempos linguísticos: Itinerário histórico da língua portuguesa* de Tarallo (1990), temos um dos primeiros estudos referente à realização do objeto direto na fala dos brasileiros. Nessa obra, o referido autor faz um estudo da nossa língua analisando os ganhos e as perdas linguísticas sofridas durante o seu percurso histórico.

De acordo com Tarallo (1990), “as línguas, entretanto, sofrem modificações: uma característica que lhes é intrínseca enquanto órgão vivo de comunicação” (TARALLO, 1990, p. 140). Neste momento, apresentaremos apenas as discussões referentes ao objeto direto por ser o fenômeno estudado nesta pesquisa.

Na tabela abaixo, Tarallo (1990) descreve os resultados obtidos quanto à realização de pronomes pessoais do caso reto exercendo a função de sujeito e de clítico acusativo como objeto direto anafórico. Observemos a tabela.

	1725	1775	1825	1880	1982
<i>pronome pessoal sujeito</i>	28/120 23,3%	41/154 26,6%	25/152 16,4%	57/152 32,7%	572/720 79,4%
<i>clítico acusativo</i>	83/93 80,2%	51/53 96,2%	36/43 83,7%	59/98 60,2%	72/396 18,2%

(Apud TARALLO, 1990, p. 140)

Conforme apresentada por Tarallo (1990), percebemos que no século XVIII o sujeito era menos preenchido (23,3%) comparado com o século XX, que expressa 79,4% de preenchimento do sujeito. Esta é uma tendência oposta ao objeto direto, pois no início do século XVIII foram registrados 80,2% de expressão de clíticos acusativos. Já no final deste século, há uma elevação, atingindo 96,2%, a expressão de clíticos acusativos é quase categórica. Porém, no século XIX há a tendência à diminuição do uso de clíticos acusativos, inicialmente registrando 83,7% de sua ocorrência, e, no final deste século há uma queda atingindo 60,2% da realização de clíticos. No final do século XX é registrado apenas 18,2% da realização de clíticos acusativos, mostrando-nos uma mudança linguística em curso.

Segundo Tarallo (1990), Omena (1981) confirmou a diminuição do uso de clítico acusativo de 3ª pessoa na fala carioca e Duarte (1986) também reafirmou esta tendência na fala paulistana. Ambos os estudos descrevem a substituição dos clíticos acusativos, principalmente em proveito ao apagamento do objeto direto denominado por Tarallo (1990) de “forma zero”, ou seja, objeto nulo ou categoria vazia; como também, substituído pelo pronome tônico *ele*, *ela*. Para exemplificar, Tarallo (1990) apresenta a seguinte tabela com os resultados obtidos na fala paulistana por Duarte (1986).

Variante	Ocorrências	%
clítico acusativo	97	5,9
pronome tônico <i>ele</i>	304	18,6
forma zero	1 235	75,5
Total	1 636	100,0

(TARALLO, 1990, p. 142)

Observamos o aumento na substituição do clítico acusativo por 75,5% de objeto nulo e 18,6% de realização de pronome tônico. Já apenas 5,9% de expressão de clítico acusativo.

Apresentamos a seguir outros pesquisadores interessados na descrição linguística desse fenômeno em variação com expressiva tendência à mudança linguística.

Segundo Naro e Scherre (2007), o português brasileiro advém de uma transmissão linguística irregular, desenvolvida pelo processo de nativização, iniciado em 1500 com influências linguísticas de outras nações, predominantemente, a portuguesa. Em um estudo sobre *As origens do português brasileiro*, os autores citados logo acima apresentam análises entre o português brasileiro e o português europeu elencando nove aspectos estruturais considerados exclusivos do português brasileiro, entre eles, e que aparenta relevância a nossa

pesquisa, o uso do pronome do caso reto em função de objeto direto *ele*, *ela*, *eles* e *elas* substituindo os clíticos *o*, *a*, *os* e *as*.

Galves (2001) analisou a sintaxe na fala do português brasileiro e português europeu a sintaxe de ambas as línguas, observando a posição do objeto direto. A referida autora denominou o português europeu e o português brasileiro de “portugueses”, por conseguinte, a autora afirma que os “portugueses” distanciam-se um do outro em alguns aspectos e assemelham-se em outros. Enquanto no português europeu o pronome *ele* só é admitido para o preenchimento do sujeito, nunca como objeto, por sua vez, o preenchimento do objeto só é admitido com os clíticos *o*, *a*. Ao passo que no português brasileiro o objeto pode representar a posição de sujeito, bem como a categoria de objeto direto. Vejamos alguns exemplos citados por Galves (2001):

- (a) Encontrei ele ontem.
- (b) Esse rapaz, encontrei ele no trem.
- (c) Esse rapaz aí que encontrei ele.

Em (a) temos o objeto direto realizado apenas pelo pronome *ele*, em (b) o objeto realizado pelo pronome *ele* retoma um sintagma nominal, e, em (c) aparece como estrutura relativa com valor de pronome lembrete.

Segundo Galves (2001), para as línguas de origens românicas o uso do clítico é obrigatório, com grandes resistências do objeto como categoria vazia por poder prejudicar sua interpretação, pois, nestas línguas, o uso do pronome clítico permite ao falante/ouvinte recuperar um antecedente. Mas no português brasileiro é possível uma ligação direta (objeto direto vazio), como em “Cadê a Ana? Está por aí?”.

De acordo com Galves (2001), o falante brasileiro também realiza o objeto direto com pronome tônico. Podemos citar uma segunda resposta para a pergunta “Cadê a Ana?”: “Ela está por aí”, construção encontrada no português brasileiro, porém, não vista no português europeu.

Quanto à categoria vazia, Galves (2001) conclui que é possível encontrá-la tanto no português brasileiro como no português europeu, com maior restrição no português europeu, alternando com os clíticos acusativos de 3ª pessoa, ao passo que os clíticos (Você viu Ana? Vi-**a**.) já são praticamente extintos da fala brasileira, alternante com a categoria vazia (Você viu Ana? Vi.) e o pronome tônico (Você viu Ana? Vi **ela**.). O português

brasileiro, na fala, realiza os clíticos de 1ª e 2ª pessoa (Não **me** diga! / Eu **te** conto tudo!), mas não os de 3ª pessoa (Eu vi-**a** ontem).

De acordo com Cyrino (1999), Dillinger (1996) analisou a fala do Rio de Janeiro e São Paulo, a partir do banco de dados do NURC, observando os complementos pós-verbais. O referido autor considerou o objeto nulo como sendo homogêneo, unânime.

Cyrino (1999) retoma a pesquisa de Dillinger (1996), propondo continuidade a seus estudos, contudo, reavalia o complemento pós-verbal nulo e distingue-o por sua heterogeneidade, isto é, observando as variáveis linguísticas mais produtivas à variação. Por conseguinte, o complemento pós-verbal nulo foi classificado em: elipse de VP⁵, objeto direto nulo e objeto indireto nulo.

Segundo Cyrino (1999), em sua pesquisa foram aproveitados os dados codificados de Dillinger (1996), porém, a autora seleciona os grupos de fatores relevantes à sua pesquisa, bem como, inclui na análise as falas de Salvador, Porto Alegre e Recife contidas no NURC.

Dessa forma, a referida autora forma os seguintes grupos de fatores: antecedentes do objeto direto nulo, antecedente do objeto indireto nulo, tipo de verbo, e estatuto do complemento vazio; foram excluídos: complemento vazio lexicalizado no clítico, advérbio elidido, vestígio de QU, vazio de clítico identificador, vestígio de extraposição, e, vazio de clítico mais co-referente no discurso. Cyrino (1999) justifica a exclusão destes pela insuficiência dos dados, além de que os dados utilizados não incluíam as perguntas do entrevistador.

Nos resultados, Cyrino (1999) computou o objeto direto com maior índice de complementos pós-verbais nulos somando 55%, em segundo lugar objeto indireto nulo com 36%, e terceiro lugar, com 9%, elipse de VP. Quanto ao antecedente do objeto direto obtém-se [+ animado] 15,2%, [- animado] 84,8%, [+ específico] 73,2%, e, [- específico] 26,8%; observa-se que fator condicionador mais ativo para a ocorrência de objeto direto nulo é antecedente [- animado] e [+ específico].

Outro estudo importante foi realizado por Duarte (1986). A referida autora analisou a realização do objeto direto anafórico na fala de paulistanos nativos e na linguagem de televisão, considerando as variáveis: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia. O objetivo de seu trabalho fundamentou-se em analisar os fatores linguísticos e extralinguísticos que estariam motivando a variação; os grupos de fatores analisados foram: extralinguísticos –

⁵ Elipse de VP é uma denominação da gramática gerativa para a omissão de constituintes, no caso, verbo e predicado. Cyrino (1999) exemplifica com a seguinte frase: "John saw Mary, but Peter didn't".

faixa etária e nível de escolaridade; linguísticos – condicionamento morfológico, sintático e semântico.

Em Duarte (1986), a análise do condicionamento morfológico mostrou que 40,2% dos clíticos foram realizados antes do verbo *versus* 59,8% de clíticos realizados após o verbo, referente ao tempo simples do indicativo. Nas formas verbais do imperativo, tempos compostos e locuções verbais finalizadas com gerúndio não foi registrada a expressão de clítico acusativo. Por sua vez, os pronomes lexicais ocorreram com os tempos simples, imperativo e as locuções com infinitivo e gerúndio. A categoria vazia apresenta o maior índice de ocorrências em todas as categorias, exceto as construções com gerúndio, que favoreceram a ocorrência de SNs⁶ anafóricos.

A análise observada, sob ângulo do condicionamento sintático, mostrou a Duarte (1986) em estrutura simples (S-V-O), mais uma vez, a preferência da categoria vazia, atingindo 62,3%, porém, com o objeto sentencial o índice de apagamento aumenta a 79,7%, concorrendo apenas com os SNs anafóricos, que contabilizaram somente 19%. Em estruturas mais complexas, a categoria vazia se reduz a 46,6% e o pronome lexical se eleva a 35,6%, ou seja, a categoria vazia continua com o maior índice, principalmente se o objeto for sentencial, marcando 84,6% das ocorrências contra 15,4% de SNs anafóricos. Duarte (1986) ainda ressalva que o preenchimento do objeto atinge índices maiores que a categoria vazia em construções em que o objeto desempenha a função de sujeito/ agente da subordinada, realizando o pronome lexical *ele*.

Ao observar o campo semântico, Duarte (1986) afirma que, no cômputo geral, o traço [+ animado] favorece a realização dos clíticos (78,4%) e do pronome lexical (92,4%), por outro lado, o traço [- animado] privilegia a categoria vazia (76,3%) e os SN anafóricos (70,7%). Para a análise sintática, foram distintas três categorias: estrutura simples (OD⁷ = SN/S), estrutura com predicativo (OD = SN/S + PRED) e estruturas complexas (OD = SN + N); em síntese, a categoria vazia atinge maior índice de realização em todas as estruturas, sendo: 76,8% nas estruturas simples, 78,5% nas estruturas com predicativo e 100% nas estruturas complexas.

No que se refere aos condicionadores extralinguísticos, Duarte (1986) considerou importante observar a escolaridade e a faixa etária. Quanto à escolaridade, os clíticos tiveram uma elevação no percentual: 6,4% para o 3º grau, em contraponto ao 0% para os jovens com 1º grau; a categoria vazia variou de 65,9% para os jovens com 1º grau a 60,7% para o 2º grau,

⁶ SNs = sintagmas nominais

⁷ OD = objeto direto

mantendo uma estabilidade; o pronome lexical foi realizado por 23,5% dos jovens com 1º grau. Por fim, o sintagma nominal obteve 14,1% para o 2º grau e 9,8% para o 3º grau de escolaridade.

Nessa pesquisa, o fator condicionador faixa etária apresentou 5,7% de clíticos para a quarta faixa (acima de 46 anos) e 0% para a primeira faixa (15 a 17 anos). A categoria vazia manteve-se estável, com 67,6% para a terceira faixa (34 a 46 anos), 61,2% na quarta faixa (acima de 46 anos), 60,8% para a segunda faixa (22ª 23 anos), e 65,8% na primeira faixa (15 a 17 anos). O pronome lexical variou de 23,5% para a primeira faixa e 15,1% para quarta faixa. O sintagma nominal obteve 18,0% para a quarta faixa etária e 10,7% para a primeira faixa.

Em síntese, podemos observar no estudo de Duarte (1986) a supremacia do objeto direto nulo e a ausência do clítico acusativo na faixa etária mais baixa, com informantes de ensino fundamental, e a elevação gradual do índice de acordo com o nível de escolaridade. Mesmo assim, os clíticos atingem no máximo o índice inexpressivo de 6,4% para o 3º grau, o que indica um baixo percentual de realização de clítico acusativo no português falado do Brasil.

Tomando por base esses estudos anteriores, propomos a descrição da realização do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala do araguiense com o intuito de verificar, na comunidade linguística araguiense, o progresso dessa possível mudança linguística em curso.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Toda pesquisa necessita de fundamentação teórica e metodológica que sustente a análise dos dados. Para a realização desta pesquisa, filiamo-nos à Teoria da Variação de William Labov (1972, tradução de Marcos Bagno, de 2008), tendo como princípio fundamental a heterogeneidade linguística como objeto da ciência da linguagem, comunicação e interação social.

Alkmin (2001) apresenta-nos um panorama dos estudos linguísticos que consideram a língua e sua heterogeneidade na fala como produto social, entre estes estudos cita: Meillet (1918), Bright (1966) e Fishman (1972), sem, entretanto, consolidar a Sociolinguística enquanto disciplina da ciência Linguística. Mas Bright (1966) ficou reconhecido por ser o primeiro a se dedicar a especificar os domínios da Sociolinguística nos estudos referentes à linguagem – instituiu a diversidade linguística como objeto de estudo dessa disciplina.

Segundo Alkmin (2001,) Bright (1966) inaugurou as diretrizes da pesquisa em seu texto “As dimensões da Sociolinguística”, em que estabelece um conjunto de fatores socialmente definidos, a se considerar para o estudo da diversidade linguística: a identidade social do emissor ou falante, a identidade social do receptor ou ouvinte, o contexto social e o julgamento social que os falantes fazem do próprio comportamento linguístico e sobre o dos outros (atitudes linguísticas).

De acordo com Alkmin (2001), uma das principais contribuições de Bright (1966) consiste na divulgação da diversidade variacionista concebida sob três pontos principais: a) a identidade social do emissor, b) a identidade social do receptor e c) as condições da situação comunicativa. Dessa forma, o mencionado linguista preparou o caminho para Labov (2008) consolidar a Sociolinguística como disciplina científica, a partir dos clássicos estudos que realizou em comunidades linguísticas dos Estados Unidos. Os pressupostos teórico-metodológicos para a descrição da heterogeneidade linguística estabelecidos por William Labov (2008) fundamentaram os alicerces da *Teoria da variação linguística*.

A teoria metodológica para pesquisa sociolinguística, orientada por Labov (2008), considera as variantes como termos alternantes em competição, ou seja, no uso as variantes competem uma com as outras. Nas palavras de Tarallo (1990), “‘variantes linguísticas’ são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade” (TARALLO, 1990, p. 8). A reunião das variantes linguísticas

denomina-se “variável linguística” ou “variável dependente”, pois seu uso não é aleatório, mas sim, sofre influências de fatores condicionadores (variáveis independentes).

Segundo Tarallo (1990), as variantes linguísticas em concorrências podem ser classificadas como: variante-padrão ou não-padrão, conservadoras ou inovadoras, estigmatizadas ou de prestígio. Geralmente, as variantes padrão são conservadoras e de prestígio, e as variantes não-padrão são inovadoras e estigmatizadas.

Tarallo (1990) cita que, na cidade de Nova Iorque, Labov encontrou duas variantes para a pronúncia do fonema /r/ pós-vocálico: de um lado, a expressão do fonema /r/ em palavras como *car* e, de outro, a ausência do mesmo fonema. Os resultados atestaram que a expressão desse fonema é a variante de prestígio enquanto a ausência fonológica do mesmo é estigmatizada. Quanto maior o nível social, mais frequência da realização do fonema. Por outro lado, Tarallo (1990) comenta que esta regra não se aplica na Inglaterra, pois a realização do fonema /r/ pós-vocálico é estigmatizada. Estudos sob o viés histórico mostram que, até a Segunda Guerra Mundial, em Nova Iorque a marcação fonológica desse fonema era estigmatizada, o oposto de hoje, e essa mudança linguística teve sua motivação relacionada às atitudes sociolinguísticas dos membros de sua comunidade de uso.

De acordo com Labov (2008), a motivação pelo uso de uma variante e não a outra é condicionada por fatores linguísticos (condicionamento das variantes por fatores internos à língua) e/ou extralinguísticos (condicionamento das variantes por fatores externos à língua, isto é, sociais). Dessa forma, os condicionadores internos ou externos interagem produzindo a regularidade de uma regra variável, podendo o sociolinguista estabelecer uma amostragem para representar a frequência de uso de cada variável relacionada a seus condicionadores em determinada comunidade de fala.

No processo de variação linguística pode-se observar alternância no uso de uma ou outra variante, desde a fala com alto nível de monitoramento à fala natural, espontânea, vernacular. Quanto maior for a monitoração na fala, mais próxima será da língua padrão e mais distante do vernáculo; este último constitui a principal fonte da pesquisa sociolinguística. A este respeito, Normand (2008) comenta que língua e fala são distintas, mas se relacionam intrinsecamente. “Falamos a mesma língua, mas há algo nela que é específico de quem a fala, irrepetível” (NORMAND, 2008, p. 12).

Conforme Mollica (2010, p. 9-10), a Sociolinguística constitui seu objeto de estudo na variação, “entendendo-a como um princípio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente”. (MOLLICA, 2010, p. 9-10).

Ressalte-se que, segundo Labov (2008), nem toda variação resulta em mudança linguística, mas ao contrário, toda mudança linguística provém de uma variação. “Somente quando se atribui significado social a tais variações é que elas são imitadas e começam a desempenhar um papel na língua”. (LABOV, 2008, p. 43).

Segundo Labov (2008), uma comunidade de fala é formada por um grupo de falantes que compartilham o mesmo conjunto de atitudes e valores relacionados à língua. Com efeito, a língua de uma comunidade linguística concretiza-se na fala através de diversas formas de expressão denominadas, pela Sociolinguística, *variantes*.

Segundo o modelo teórico de Labov (2008), podemos observar e descrever as variedades linguísticas a partir de três pontos principais; a variação geográfica (diatópica), a variação social (diastrática) e a variação estilística. A variação geográfica representa as variações encontradas dentro de limites no espaço físico; assim sendo, é possível denominar uma variedade do português, por exemplo, por brasileira, portuguesa, baiana, gaúcha, caipira, paulista, carioca, etc. A variação diastrática ou social relaciona os fatores sociais com a identidade dos falantes, bem como com a organização sociocultural da comunidade de fala, levando em conta questões como classe social, idade, sexo, situação ou contexto social. A variação estilística refere-se aos estilos assumidos pelos falantes em sua fala em diferentes situações comunicativas, por exemplo: conversa familiar, trabalho, etc.

Dessa forma, podemos dizer que a variação diastrática é a variação que ocorre entre os diversos grupos sociais, ou seja, grupos de pessoas que compartilham a mesma maneira de falar, por exemplo: a) quando ouvimos as expressões “e aí véi”, “se liga, meu” intuitivamente as relacionamos a fala de jovens; b) alguns vocabulários são específicos de profissões, os códigos linguísticos denominados “jargões” c) classe social – “pobrema” e “vrido” são formas que ocorrem comumente na fala de pessoas com baixa instrução escolar.

Conforme Labov (2008), toda observação linguística deve considerar o social. Isto significa que, aos linguistas, cumpre observar em seus estudos a linguagem como um fenômeno social sujeito as influências de ordem psicológica, fisiológica, contextual, entre outras. O grande desafio do pesquisador consiste em observar em que medida a língua é condicionada pela sociedade ou a sociedade pela língua.

Labov (2008), ao desenvolver seus estudos linguísticos, observa os condicionamentos sociais nos fenômenos de variação e de mudança linguística. Conclui que, se a fala não afeta diretamente o comportamento social, este sim pode afetar a fala.

Sapir (1971), outro linguista interessado nesta discussão, ressalta que a linguagem não pode ser compreendida como fenômeno independente dos condicionamentos históricos,

culturais, sociais e dos traços psicológicos dos indivíduos que a usam. Com efeito, os elementos do plano formal, as palavras e as sequências de constituintes através dos quais a linguagem se manifesta só poderiam tornar-se interpretáveis considerando-se o contexto comunicativo.

Monteiro (2000, p. 17) apresenta quatro questões essenciais à reflexão do condicionamento linguístico na sociedade, considerando linguagem, cultura e pensamento:

- a) Até que ponto a linguagem exerce influência no modo de pensar dos povos?
- b) Se as línguas têm estruturas tão diversificadas, será que também é diferente a organização mental dos homens?
- c) Um japonês, que fala um idioma tão distanciado do português, pensa da mesma forma que um brasileiro?
- d) Até que ponto a evolução ou desenvolvimento de uma sociedade depende do tipo de língua em que nela se fala?

Segundo Monteiro (2000), questões fundamentadas nessas perspectivas contribuíram para a estigmatização da língua sob a ideia de superioridade racial. Também, por este viés, cria-se o mito da superioridade linguística, ideia esta refutada por Sapir (1971), para quem todas as línguas são suficientes para seus falantes e não se pode eleger uma mais perfeita ou funcional.

A partir do reconhecimento de que a língua é flexível, mutável e dinâmica, sobretudo na sua modalidade falada, a teoria variacionista laboviana funda os princípios e os procedimentos de investigação das variedades linguísticas. Duarte (1986, p. 6-7) elenca os seguintes passos para o desenvolvimento de uma pesquisa sob esta perspectiva: 1- realizar um levantamento de condicionamentos linguísticos da forma variante em estudo; 2- levantar as hipóteses da variável no sistema linguístico seguido pelo encaixamento social e estilístico, considerando fatores como classe social, idade, sexo, níveis de formalidade na realização da fala, entre outros; 3- registrar a avaliação da variável pelo informante – nesse passo é feita a análise através de testes específicos para avaliar os níveis de subjetividade empregada pelo falante em relação à variável contrapondo com as formas usadas no momento da sua fala; 4- transcrever o material – nesse nível da análise, sistematiza-se o caminho percorrido da variante, levando em consideração o tempo e a faixa etária dos grupos de falantes.

Ao final dessas quatro etapas, o pesquisador está apto a descrever e analisar as formas variantes, bem como levantar hipóteses sobre o futuro das mesmas, efetivando o quinto e último passo: esclarecer a implementação de novas formas variantes no sistema linguístico.

Conforme Labov (2008), no campo metodológico da pesquisa sociolinguística destacam-se quatro mitos a serem superados pelo pesquisador, que se referem: a) à agramaticalidade do discurso, b) a variação na fala, c) as dificuldades do registro e d) as limitações do *corpus*.

O primeiro mito concebe a fala espontânea de falantes de uma comunidade linguística como sendo agramatical. Às vezes, o falante, por interferência de fatores como cansaço, inibição, lapsos de memória, pressa, etc., não se expressa “adequadamente”, produzindo frases mal formadas, corrigidas pelo próprio falante quando percebido. No entanto, a teoria sociolinguística contribuiu para desmitificar essa ideia, pois Labov (1972) afirma que a maioria dos enunciados constitui-se de frases corretamente formadas gramaticalmente, simplesmente apresentam variações dialetais, visto que a língua permite múltiplas possibilidades de realização no discurso.

O segundo mito baseia-se na dificuldade de realizar um estudo científico sobre a fala devido a sua heterogeneidade, ou seja, às diferentes formas de se expressar uma mesma coisa. A variação pode ocorrer no nível fonológico e até mesmo as estruturas sintáticas podem apresentar alternâncias. Porém, Labov (2008) desmitifica essa ideia com a sua metodologia de pesquisa, pois ele demonstra que os discursos individuais podem ser sistematizados e analisados.

O terceiro mito diz respeito às dificuldades no registro dos dados coletados. Essas dificuldades originaram a expressão “paradoxo do observador”. Segundo Labov (2008) a gravação é a forma mais indicada para registrar o discurso do informante a fim de futuras análises e, até mesmo, se durante a análise for necessário voltar ao discurso para rever e/ou confirmar alguma ideia. Portanto faz-se necessário gravar o discurso através de entrevistas ou diálogos espontâneos com a permissão do informante. O problema se cristaliza porque a situação de gravação causa constrangimento ao falante e, conseqüentemente, há maior índice de monitoramento no ato da fala, distanciando do objetivo principal na coleta de dados que é a busca do vernáculo, isto é, a fala com menor monitoramento possível.

À pesquisa sociolinguística laboviana, o elemento fundamental é a coleta de dados, pois o pesquisador deve minimizar ao máximo possível o efeito de formalidade da

situação e proporcionar uma situação descontraída a fim de obter, por parte do informante, o vernáculo. Segundo Tarallo (1990),

a língua falada é o vernáculo: a enunciação e expressão de fatos, proposições, idéias (*o que*) sem a preocupação de *como* enunciá-los. Trata-se, portanto, dos momentos em que o mínimo de atenção é prestado à língua, ao *como* da enunciação. (TARALLO, 1990, p. 19)

Para atingir essa meta, Labov (2008) indica ao pesquisador propor ao informante que relate uma situação vivenciada por ele que caracterize momentos de fortes emoções, como risco de morte. Outra estratégia que minimiza os efeitos de formalidade na fala, por exemplo, seria estudar o informante em seu contexto social natural, em interação com a família e/ou amigos.

Labov (2008) sugere que, antes da entrevista, o entrevistador proponha um ambiente de descontração para o informante, como: fazer observações corriqueiras e simples sobre alguém da família - mulher, filhos, mãe, pai, ou ainda, algum animalzinho de estimação. Outra sugestão é não apressar o início da entrevista e, até mesmo, deixar a pessoa à vontade, que seja lavando as louças, ou enquanto jantam. O riso, também, demonstra relaxamento do entrevistado que demonstra a fala casual.

A narrativa de experiência pessoal é outro método bastante eficaz aos interesses do pesquisador sociolinguista. Pois, ao narrar um fato da sua própria vida é como se a pessoa revivesse as mesmas emoções, desarmando-se de toda situação de formalidade à fala.

Quanto ao quarto mito, as limitações do *corpus*, Labov (2008) menciona que pode ocorrer que, depois de um trabalho longo e exaustivo, o pesquisador encontre poucas ocorrências da variante observada. Nesse caso, faz-se necessário que o pesquisador elabore um questionário direcionado para conseguir obter a variante em questão, ou propondo leitura, ou relato de narrativas de experiência pessoal.

Quanto ao questionário direcionado à coleta de variável linguística específica, Tarallo (1990) exemplifica com o módulo denominado por Labov “módulo: perigo de morte”.

Pergunta 1: Você já esteve alguma vez em uma situação em que estivesse correndo sério risco de vida (uma situação em que tenha dito a você mesmo: “Chegou a minha hora”?)

Pergunta 2: O que aconteceu?

Pergunta 3: Numa situação dessas algumas pessoas dizem: “Bom, seja o que Deus quiser!”. O que você acha?

Ao utilizar este módulo, o pesquisador coletará uma grande quantidade de material, além de minimizar os efeitos de formalidade da gravação e da interferência do pesquisador por ser uma pessoa estranha à comunidade. Outra forma de neutralizar a presença do pesquisador, descrita por Tarallo (1990), seria o pesquisador inserir-se na comunidade em estudo com “o papel de aprendiz-interessado”, com o suposto objetivo de estudar os problemas e peculiaridades específicas do local.

Retomando as discussões propostas até o momento, Tarallo (1990) enumera os passos criteriosos do pesquisador: 1) se o objetivo for estudar o vernáculo de comunidade linguística nunca, em hipótese alguma, deixe transparecer o seu objetivo principal para não prejudicar a espontaneidade da fala; 2) informe ao seu informante que a gravação poderá ser descartada se assim o desejar; 3) procure inserir-se na comunidade estudada, ser natural a todos, a fim de minimizar o efeito negativo de uma pessoa estranha; 4) procure chegar à comunidade através de pessoas já aceitas, isto pode facilitar a sua aceitação no grupo; 6) estabeleça critérios para a seleção de informantes, por exemplo, optar pelos habitantes nativos ou que tenham chegado até os 5 anos de idade, pois terão as características regionais do local; 7) colher uma amostragem representativa da fala da comunidade, isto dependerá da natureza linguística da variável.

Segundo Tarallo (1990), as células sociais constituem o conjunto representativo da comunidade linguística estudada. Por exemplo: para analisar 2 grupos socioeconômicos, determinam-se duas células – “A” e “B”. Para observar a influência do sexo formam-se mais 2 células:

Masculino “A”

Masculino “B”

Feminino “A”

Feminino “B”

Para inserir outro fator condicionador à análise, como a faixa etária, acrescentam-se mais três grupos que representem as gerações de vida:

Grupo 1: de 15 a 29 anos

Grupo 2: de 30 a 45 anos

Grupo 3: de 46 a 60 anos

Formam-se, assim, doze combinações, ou seja, doze células sociais:

- 1º) Masculino “A” 15 a 29 anos
- 2º) Masculino “A” 30 a 45 anos
- 3º) Masculino “A” 46 a 60 anos
- 4º) Masculino “B” 15 a 29 anos
- 5º) Masculino “B” 30 a 45 anos
- 6º) Masculino “B” 46 a 60 anos
- 7º) Feminino “A” 15 a 29 anos
- 8º) Feminino “A” 30 a 45 anos
- 9º) Feminino “A” 46 a 60 anos
- 10º) Feminino “B” 15 a 29 anos
- 11º) Feminino “B” 30 a 45 anos
- 12º) Feminino “B” 46 a 60 anos

No próximo passo, o pesquisador deverá estabelecer o envelope de variação. Faz-se necessário apresentar, definir e caracterizar quais são as variantes em concorrência no processo de variação. Nosso envelope de variação, em especial, constitui-se de uma variável – o objeto direto anafórico –, que se alterna nas variantes: clítico acusativo, objeto nulo, pronome tônico e sintagma nominal.

Para cada variante existem contextos que a favorecem, Tarallo (1990) denomina tais contextos de fatores condicionadores: “um grupo de fatores é o conjunto total de possíveis armas usadas pelas variantes durante a batalha”. (TARALLO, 1990, p. 36)

Após esse exaustivo caminho já percorrido: definir, caracterizar, coletar e se familiarizar com o seu objeto de estudo, o pesquisador estará apto a formular as hipóteses para a pesquisa.

Passa-se, então, ao encaixamento linguístico da variável. No processo de variação, é natural que se tenha uma variante padrão e outra(s) não-padrão. No presente trabalho, os clíticos acusativos (*o, a, os, as*) são encaixados ao sistema linguístico padrão, e as formas objeto nulo (anáfora zero), pronome tônico (*ele, ela, eles, elas*) e os sintagma nominais são formas não-padrão, exemplificados nessa ordem:

[1] *o primeiro filho que, que nasceu adoecia na fazenda, a gente vinha a cavalo trazê-lo*

[2] *Elas sabe coisas que a gente nunca na vida imaginava que elas pudesse sabe \emptyset e elas sabe \emptyset .*

[3] *deixa **eles** quieto*

[4] *Uma forma de você tirar a sua culpa e jogar **a culpa** no outro.*

Por fim, os resultados de análises sistematizados deverão responder a três questões fundamentais:

1. Verificar a estabilidade da variação pela existência das variantes.
2. Identificar a situação de duelo entre as variantes.
3. Observar a dimensão histórica das variantes.

Segundo Tarallo (1990), o pesquisador deverá guiar-se pelo *princípio da uniformidade* das variantes através de um estudo histórico.

[...] a estrutura de uma língua somente será totalmente entendida à medida que se compreendem efetivamente os processos históricos de sua configuração ... Segundo esse princípio, as forças que atuam no momento sincrônico presente são (ou deveriam ser) as mesmas que atuaram no passado, e vice-versa. Portanto uma teoria da mudança linguística deve guiar-se por uma articulação teórica e metodológica entre presente-passado e presente. Em outras palavras, inicia-se o processo de investigação no momento presente; volta-se ao passado para o devido encaixamento histórico das variantes, retornando-se, a seguir, ao presente para o fechamento do ciclo de análise. Trata-se de uma viagem de ida e volta! (TARALLO, 1990, p. 64)

O sociolinguista integra a dimensão histórica no momento de constituição das células sociais referentes a faixa etária. Recordemos a sugestão para formação dos grupos, conforme Tarallo (1990): grupo 1 - de 15 a 29 anos; grupo 2 - de 30 a 45 anos; grupo 3 - de 46 a 60 anos. Estes grupos formarão uma dimensão histórica denominada “tempo aparente”.

A correlação das variantes ao fator condicionador faixa etária permite-nos verificar a estabilidade das variantes. Se o uso da variante inovadora for mais frequente na fala do grupo mais jovem decrescendo gradativamente e correspondentemente à idade dos outros informantes, ter-se-á indícios de mudança em progresso, estará iniciado o duelo de morte de uma das variantes.

Sistematizada a mudança com base em dados do tempo aparente, o pesquisador deverá fazer o encaixamento histórico da variável em tempo real. Poderá constituir o *corpus*

de análise em tempo real utilizando materiais, como atlas linguístico da comunidade estudada, textos escritos em prosa, cartas de cunho pessoal, diários e textos teatrais, material que represente a fala de diferentes camadas sociais da referida comunidade.

Nesta pesquisa limitamos nossos estudos à descrição deste fenômeno apenas na perspectiva do tempo aparente. No próximo capítulo, faremos a descrição metodológica, os objetivos e hipótese que guiarão a presente pesquisa.

3- A PESQUISA: objetivo, hipótese e metodologia

Segundo Labov (2008), é necessário definir a variável linguística observando o seguinte:

- (a) Estabelecer o espectro total de contextos linguísticos em que ela ocorre;
- (b) Definir tantas variantes fonéticas quanto for possível distinguir;
- (c) Estabelecer um índice quantitativo para medir valores das variáveis. (LABOV, 2008, p. 93)

Feitas as definições das variáveis, teremos condições de seguir o *princípio da explicabilidade*, buscando identificar os valores nos casos em que o elemento variável ocorra em contextos relevantes.

3.1- OBJETIVOS DESTA INVESTIGAÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é descrever a realização do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala do araguaense.

Vinculado ao nosso objetivo geral, temos dois específicos: identificar os fatores condicionadores que motivam a variação desse fenômeno na comunidade araguaense e verificar como está se desenvolvendo a mudança linguística na referida comunidade comparada a outras pesquisas realizadas em outras regiões brasileiras – Duarte (1986), Cyrino (1999), entre outras. Temos a expectativa de que este trabalho virá a contribuir para a descrição de língua da comunidade araguaense⁸, por conseguinte, mato-grossense e brasileira.

⁸ Comunidade araguaense – é formada por Alto Araguaia/MT e Santa Rita do Araguaia/GO, duas cidades divididas politicamente, porém, unidas geograficamente e culturalmente.

3.2- HIPÓTESES LEVANTADAS

Estudos sociolinguísticos realizados em várias regiões do Brasil – Omena (1978), Pereira (1981), Tarallo (1983), Duarte (1986), Cyrino (1999), Arruda (2006) entre outros – apontaram que não só os pronomes átonos de 3ª pessoa, denominados clíticos acusativos, funcionam como objeto direto anafórico, mas também, o pronome lexical, o sintagma nominal anafórico e a categoria vazia. Comprovaram também que os clíticos acusativos indicados pela gramática normativa têm sido a categoria menos utilizada pelos falantes.

Diante do exposto, a hipótese principal desta pesquisa é a de que na fala do araguaense o clítico acusativo de 3ª pessoa esteja sendo substituído, preferencialmente, pela categoria vazia. Mas também pelo sintagma nominal e pronome tônico *ele, ela*.

Apresentamos a segunda hipótese: a variação linguística em estudo – o preenchimento/apagamento do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala do araguaense – tem motivações internas e externas à língua.

3.3- METODOLOGIA: delimitando o objeto de estudo

3.3.1- O corpus

Esta pesquisa descritiva toma como *corpus* entrevistas gravadas e transcritas disponíveis no banco de dados do Projeto PEVAL (*Projeto para Estudo da Variação Linguística*) pertencente à UNEMAT - Campus Universitário de Alto Araguaia. Esse material registra a variedade linguística do araguaense.

De acordo com a descrição histórica do Projeto Peval em Gimenes (2000), Tomanin (2003) e Carvalho (2005), propomos apresentar um breve relato histórico sobre o referido projeto.

Com o interesse de descrever a língua em uso pela comunidade araguaense, a professora Maísa Furtado de Souza, componente do quadro de professores da UNEMAT-Campus Universitário de Alto Araguaia, criou o Projeto PEVAL, cujo trabalho resultou em um banco de dados que viabiliza pesquisas sociolinguísticas.

Tomando os pressupostos teórico-metodológicos de William Labov (1972) como princípio norteador do Projeto Peval, em 1996, a professora Maísa inicia a coleta de dados para prosseguir sua pesquisa. Os dados coletados foram registrados em entrevistas gravadas, por ser a melhor opção de armazenagem para análises, porém, os efeitos de formalidade foram amenizados, se não extintos, em vários momentos, graças às sugestões de Labov (1972) de propiciar um ambiente descontraído e levar o informante a relatar momentos marcantes de sua vida, situações de risco de morte, política, festas, brincadeiras e casos de sua infância...

As narrativas dos informantes foram registradas em fitas K-7 com a duração mínima de 30 e máxima de 50 minutos. Posteriormente, as narrativas foram transcritas grafematicamente, sem correção gramatical.

No total, o banco de dados foi composto por 30 entrevistas com informantes araguaieenses nativos ou que mudaram para a referida comunidade com até sete anos de idade, classificadas em quatro fatores: grupo social, faixa etária, escolaridade e sexo. Para formar as células do grupo social, a comunidade foi dividida em 5 setores: Vila Aeroporto, Cohab I, Cohab II, Gabiroba e Central.

Com o *corpus* formado, a professora Maísa inicia as análises e, em 1999, divulga os resultados obtidos em sua pesquisa. Não conseguimos encontrar outros registros da referida pesquisa que poderiam complementar as informações encontradas em Gimenes (2000), Tomanin (2003) e Carvalho (2005). Considerando as mencionadas pesquisas temos: observando a concordância entre sujeito e verbo de 3ª pessoa do plural, Souza (1999) afirma que nesta comunidade a norma culta é condicionada pela escolaridade, sendo as mulheres menos conservadoras à aplicação da regra.

O Projeto Peval foi o primeiro trabalho com intuito de descrever a língua de uso em Alto Araguaia, e subsidiou outros, como vemos em Carvalho (2005, p. 73): “se o objetivo primeiro do Projeto PEVAL foi o de contribuir para a descrição da fala do araguaieense, esse objetivo se perpetua, uma vez que as entrevistas estão à disposição de novos pesquisadores para que sejam descritos outros fenômenos linguísticos”.

Em 2000, a professora Edileusa Gimenes Moralis (da UNEMAT-Campus Universitário de Alto Araguaia) apresenta sua pesquisa como dissertação de mestrado *Dialetos em contato: um estudo sobre atitudes linguísticas* na UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas. Com efeito, sua pesquisa foi mais um fruto do banco de dados do Projeto PEVAL e comprovou que Santa Rita do Araguaia-GO e Alto Araguaia-MT partilham das mesmas atitudes linguísticas, as duas cidades politicamente distintas formam a mesma comunidade linguística.

Outro estudo de descrição linguística realizado a partir do banco de dados do Projeto PEVAL foi apresentado, em 2003, pela professora Cássia Regina Tomanin (da UNEMAT-Campus Universitário de Alto Araguaia), também como produto de dissertação para o mestrado na UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas. Esse trabalho foi intitulado *Projeto do Atlas Lingüístico da Região de Alto Araguaia* e caracteriza-se por ser uma pesquisa dialetológica para a descrição de traços fonéticos e gramaticais na fala do araguiense. Os resultados obtidos por Tomanin (2003) descrevem a fala araguiense como específica da comunidade, formada a partir de influências linguísticas e culturais de migrantes oriundos de outras regiões brasileiras: goianos, sulistas, mineiros, paulistas, maranhenses.

A realização do sujeito na fala do araguiense é mais um estudo realizado a partir do banco de dados do Projeto PEVAL. Foi apresentado em 2005 pela professora Gislaíne Aparecida de Carvalho, pertencente ao quadro de professores da UNEMAT-Campus de Alto Araguaia. A referida pesquisa resulta na dissertação de mestrado e tese de doutorado (em 2009) à UNESP-Universidade Estadual Paulista, Campus Júlio de Mesquita Filho. De acordo com a necessidade de seu estudo, Carvalho (2005) ampliou o banco de dados do Projeto PEVAL, acrescentando 13 novas entrevistas e, por fim, confirmou a sua hipótese inicial de que a fala do araguiense é caracterizada pela realização de sujeito preenchido.

A II etapa de coleta de dados para a ampliação do banco do Projeto PEVAL, realizada por Carvalho (2005) no segundo semestre de 2002 e início de 2003, contou com o preenchimento de ficha individual e entrevista de cada informante nativo ou que se mudou para a região até os 7 anos de idade. Assim como na I etapa da coleta de dados para o Projeto PEVAL, a referida pesquisadora, seguindo as orientações teórico-metodológicas de Labov (1972), optou por temas que favorecessem um ambiente descontraído e amenizassem a situação formal da entrevista.

Entendemos que o presente estudo, *A realização do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala do araguiense*, justifica-se pela relevância em complementar a descrição linguística de Alto Araguaia e Santa Rita do Araguaia. O *corpus* para análise do fenômeno em observação contará, mais uma vez, com o banco de dados do Projeto PEVAL.

Para formar a amostragem representativa da comunidade linguística de Alto Araguaia e Santa Rita do Araguaia selecionamos, para o presente estudo, 12 entrevistas para compor os grupos sociais, conforme indicado no quadro 1:

CÉLULAS DOS GRUPOS SOCIAIS		
FAIXA ETÁRIA	ESCOLARIDADE	SEXO
1ª faixa (de 20 a 40 anos)	Ensino Fundamental incompleto	Masculino
1ª faixa (de 20 a 40 anos)	Ensino Superior completo	Masculino
1ª faixa (de 20 a 40 anos)	Ensino Fundamental incompleto	Feminino
1ª faixa (de 20 a 40 anos)	Ensino Superior completo	Feminino
2ª faixa (de 41 a 60 anos)	Ensino Fundamental incompleto	Masculino
2ª faixa (de 41 a 60 anos)	Ensino Superior completo	Masculino
2ª faixa (de 41 a 60 anos)	Ensino Fundamental incompleto	Feminino
2ª faixa (de 41 a 60 anos)	Ensino Superior completo	Feminino
3ª faixa (acima de 60 anos)	Ensino Fundamental incompleto	Masculino
3ª faixa (acima de 60 anos)	Ensino Superior completo	Masculino
3ª faixa (acima de 60 anos)	Ensino Fundamental incompleto	Feminino
3ª faixa (acima de 60 anos)	Ensino Superior completo	Feminino

Alto Araguaia e Santa Rita do Araguaia são duas cidades pequenas somando, aproximadamente, 20.000 habitantes e não apresentam marcas consideráveis de desigualdade socioeconômica, portanto, consideramos irrelevante à nossa pesquisa o condicionamento extralinguístico classe social.

A partir do *corpus* descrito, propomo-nos descrever os procedimentos de análise. Com efeito, a metodologia de quantificação foi realizada manualmente.

Para a análise dos dados, fizemos a leitura das entrevistas destacando com marca-texto as ocorrências do fenômeno em questão, identificando a sua forma variante (clítico acusativo, objeto nulo, pronome tônico ou sintagma nominal). Posteriormente, digitamos todas as ocorrências e sinalizamos as variantes por cor: azul – clíticos acusativos, vermelho – objeto nulo, amarelo – pronome tônico, e verde, sintagma nominal. Observemos:

[1] *o primeiro filho que, que nasceu adoecia na fazenda, a gente vinha a cavalo trazê-lo*

[2] *Elas sabe coisas que a gente nunca na vida imaginava que elas pudesse sabe e elas sabe*

[3] *deixa eles quieto*

[4] *Uma forma de você tirar a sua culpa e jogar a culpa no outro.*

Depois de todas as ocorrências digitadas e sinalizadas, fizemos a numeração sequencial da seguinte forma:

[1] *o primeiro filho que, que nasceu adoecia na fazenda, a gente vinha a cavalo trazê-lo¹*

[2] *Elas sabe coisas que a gente nunca na vida imaginava que elas pudesse sabe¹ e elas sabe².*

[3] *deixa eles¹ quieto*

[4] *Uma forma de você tirar a sua culpa e jogar a culpa¹ no outro.*

Todas as etapas foram exaustivamente verificadas para a credibilidade dos resultados. De posse da somatória de cada variante em específico, fizemos os cálculos de porcentagem e construímos as tabelas representativas.

Antes de apresentar os resultados, buscaremos delimitar e definir o nosso objeto de estudo – a realização do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala araguiense – apresentaremos o *lôcus*, *corpus* e os grupos de fatores condicionadores a serem considerados na análise das variantes.

3.3.1- O lócus

Inicialmente, apresentamos um breve percurso histórico de formação da comunidade que hoje estudamos.

A comunidade linguística observada neste trabalho é formada pelos centros urbanos de Alto Araguaia-MT e de Santa Rita do Araguaia-GO, ambos constituem uma única comunidade social e linguística, separados apenas pelo rio Araguaia.

Figura 1: Limites entre Alto Araguaia-MT e Santa Rita do Araguaia-GO



Na figura 1, podemos observar as placas que marcam os limites geográficos que separam politicamente a comunidade linguística que está em estudo no presente trabalho. Na figura 2, a vista aérea do limite que separa as cidades: o rio Araguaia.

Figura 2: Vista aérea da divisa de estados Mato Grosso e Goiás



Figura 3: Chegada a Mato Grosso por Alto Araguaia



Figura 4: Entrada a Goiás por Santa Rita do Araguaia



As figuras 3 e 4 mostram a estreita ponte sobre o rio Araguaia, que liga Santa Rita do Araguaia e Alto Araguaia-

De acordo com estudos históricos (OLIVEIRA, 1998), esta comunidade era habitada por povos indígenas: Bororo, Kaiapô, Xavante, Karajá e outros. A partir de 1890, essa região começa a receber novos habitantes, inicialmente, com a intenção de explorar a pecuária na região.

A descoberta e divulgação de diamantes nessa região, acelera o processo migratório com a vinda de povos de várias regiões do Brasil. Findado o auge da garimpagem, permaneceu a pecuária, consolidando a economia local até os dias atuais.

Nos anos de 1970, a economia e a migração na região voltam a crescer com o plantio de soja, principalmente, pelos sulistas. Por volta de 2002, a região é marcada por mais um fluxo migratório com a inauguração da ferrovia. Várias indústrias se instalaram na região, a principal, Brasil Ferrovias, foi vendida à empresa internacional ALL (América Latina de Logística).

Atualmente, Alto Araguaia/MT tem aproximadamente 16.818 habitantes segundo os registros do IBGE/2013, está localizada na região sul de Mato Grosso, a 415 Km da capital Cuiabá. Santa Rita do Araguaia/GO tem aproximadamente 7.599 mil habitantes, segundo os registros do IBGE/2013, está localizada a 515 Km da capital Goiânia. Ambas cidades são separadas politicamente pelo rio Araguaia, sendo do lado esquerdo Alto Araguaia e do direito Santa Rita do Araguaia.

Apesar de relativamente nova, com apenas 75 anos de emancipação política, a comunidade linguística araguaense foi marcada pelas influências indígenas, como também, pelos traços linguísticos de migrantes de todo o Brasil. Contudo, ao longo do tempo a comunidade araguaense constituiu a sua própria linguagem marcada pela intensa migração de povos com diferentes culturas: modo de falar, crenças, religião, entre outras.

3.3.3- Envelopes de variação

De acordo com diversos estudos realizados, como Omena (1978), Pereira (1981), Tarallo (1983), Duarte (1986), Cyrino (1999), Arruda (2006), Kato (1996) entre outros, em diferentes comunidades linguísticas do Brasil, o objeto direto anafórico na fala dos brasileiros apresenta-se ou como clítico acusativo, ou categoria vazia, ou pronome lexical tônico *ele*, *ela*, ou sintagma nominal. Vejamos algumas especificidades de cada variável:

a) Clítico acusativo

Como já descrevemos no capítulo I, para a realização do objeto direto anafórico, os compêndios gramaticais indicam os pronomes oblíquos átonos. A presente pesquisa

interessa-se pela terceira pessoa, no caso, os clíticos acusativos *o, a, os, as*. Estudos, como os citados anteriormente, obtiveram um índice baixíssimo de uso dos clíticos na fala dos brasileiros, podendo até afirmar uma forte tendência da extinção dos clíticos na fala. Pereira (1981) detectou 0,9% de realização de clíticos na fala de analfabetos do Rio de Janeiro; em Duarte (1986) registram-se 4,9% das ocorrências com clítico na fala dos paulistanos; Arruda (2006) não obteve nenhuma ocorrência nas comunidades de Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

No presente estudo, registramos 0,55% de ocorrências de clítico acusativo em construções como:

[1] *o primeiro filho que, que nasceu adoecia na fazenda, a gente vinha a cavalo trazê-lo*

Nunes (1993) estudou a posição dos clíticos perante os verbos (ênclise, próclise e mesóclise) na função de objeto direto no português europeu moderno, por fim, concluiu que os clíticos assumem a posição de ênclise. Por outro lado, no português brasileiro moderno, afirma o autor que é comum encontrarmos a cliticização em posição de próclise, como em “*João tinha me visto*” (Nunes, 1993). A mudança linguística na posição dos clíticos permitiu a expressão dos mesmos em início de frases, por exemplo, *Me diga uma coisa*.

Para o mapeamento diacrônico dos fenômenos variáveis na direção de cliticização, Nunes (1993) considera os resultados do estudo diacrônico de Cyrino (1990) que descreveu a variação na direção dos clíticos nas posições ênclise e próclise em verbos no imperativo afirmativo.

De acordo com Nunes (1993), a mudança linguística no PB referente a cliticização, começou a diferenciar-se do PE por volta do século XIX, conforme mostra a tabela 03:

Tabela 03 - Resultado encontrado no estudo de Cyrino (1990 apud NUNES, 1996)

	Verbos no imperativo afirmativo (peças de teatro)			
	ênclise	%	próclise	%
Primeira metade do séc. XVIII	X	100%		
Primeira metade do séc. XIX			X	14%
Segunda metade do séc. XX	X	0%	X	100%

Segundo Nunes (1993), essa mudança na direção de cliticização propiciou duas novas variações para a expressão do objeto direto anafórico: objeto nulo ou categoria vazia e o pronome tônico. Vejamos os exemplos contidos em Nunes (1996):

a) *Eu entreguei pro João.*

b) *Eu entreguei ele pro João.*

Em (a), a leitura de Nunes (1993) nos revela o objeto nulo como resultado do apagamento dos clíticos acusativos de 3ª pessoa. Em (b), a realização do pronome tônico *ele* na função de objeto direto anafórico é estigmatizada e não-padrão no português brasileiro e no português europeu moderno.

Correa (1991) estudou a expressão do objeto direto anafórico na fala e escrita de alunos e concluiu que os clíticos acusativos de 3ª pessoa se mantinham, àquela época no português brasileiro contemporâneo em decorrência do fator escolaridade, ou seja, devido à ação normativa da escola. Podemos observar essa variação nas tabelas abaixo.

Objetos diretos anafóricos na fala de alunos

Tipo de Objeto	Adultos analfab. %	Série %					Total %
		1ª/2ª	3ª/4ª	5ª/6ª	7ª/8ª	Univers.	
Obj. Nulo	66,6	72,4	77,7	71,2	71,1	67,8	72,0
Pron. Tônico	25,6	24,1	8,6	19,1	20,1	7,1	18,2
NP Anafórico	7,6	3,4	13,6	7,4	7,6	14,2	8,3
Clíticos	-	-	-	2,1	0,9	10,7	1,3

Analisando os resultados obtidos por Correa (1991), demonstrados na tabela acima, observamos a ausência da variante clítico na fala de adultos analfabetos e de crianças da 1ª-4ª série. Somente a partir de cinco anos de escolaridade a criança começou a expressar, levemente, os clíticos na sua fala.

Mesmo na universidade, o uso do clítico na fala é muito baixo, totalizando apenas 10,7%. Contrapondo com as outras variantes, o clítico obteve o menor percentual (apenas 1,3%) do total de ocorrências, enquanto o objeto nulo obteve percentual significativo – 72,0% do total de ocorrências.

Objetos diretos anafóricos na escrita de alunos

Tipo de Objeto	Série %					Total %
	1 ^a /2 ^a	3 ^a /4 ^a	5 ^a /6 ^a	7 ^a /8 ^a	Univers.	
Obj. Nulo	57,5	65,6	52,3	53,5	9,5	51,4
Pron. Tônico	7,5	6,2	15,3	10,7	-	9,8
NP Anafórico	35,0	18,7	13,8	5,3	4,7	15,4
Clíticos	-	9,3	18,4	30,3	85,7	23,3

Quando Correa (1991) observa os resultados obtidos com a escrita de alunos, percebe que há uma reinterpretação das variantes: os pronomes clíticos passam de 1,3% para 23,3% do total de ocorrências. Considerando apenas a escrita de universitários, os clíticos totalizam, expressivamente, 85,7%. Outro fator relevante ao observar o fator escolaridade, é que os clíticos na fala foram encontrados a partir da 5^a série, enquanto que na escrita veem-se já na 3^a série.

b) Objeto nulo ou categoria vazia

Fundamentados nos estudos de Omena (1978), Tarallo (1983), Duarte (1986), Cyrino (1999), entre outros, percebemos que a variante que substitui os clíticos acusativos, na fala dos brasileiros, é, predominantemente, a categoria vazia, ou seja, o objeto direto nulo.

O objeto nulo é a ausência fonológica do objeto anafórico, mas presente sintaticamente por ser, mesmo fonologicamente nulo, recuperado o referente. Observemos a seguinte construção encontrada no *corpus* do Peval:

[2] *Elas sabe coisas que a gente nunca na vida imaginava que elas pudesse sabe_o e elas sabe_o.*

Em [1] temos duas marcas de ausência fonológica do objeto direto indicadas por nós pelo símbolo *o*. Mas, o sentido do enunciado não é prejudicado.

Duarte (1986) quantificou 62,6% de ocorrências desse fenômeno na fala dos paulistanos; já Cyrino (1999) contabilizou 77% para a comunidade de Salvador, e Arruda (2006) obteve 69% na fala do Rio de Janeiro. Correa (1991) computou 67,8% na fala de universitários, mesmo com nível de escolaridade mais avançado, constatando que o objeto nulo ainda é o mais recorrente.

c) Pronome tônico: *ele, ela*

A Gramática Normativa descreve os pronomes tônicos, exclusivamente, com a função de designar a pessoa do discurso, o sujeito da oração. Por esse motivo, a realização desse pronome na função de objeto direto não é padrão, mas na fala dos paulistanos atingiu 15,4% das ocorrências, segundo estudo de Duarte (1986).

Em Correa (1991), o pronome tônico representou 7,1% das ocorrências na fala de universitários e 0% na escrita. Mais uma vez, o fator escolaridade nos convence de que o pronome tônico é encontrado na função de objeto direto anafórico quando observamos a fala, mas, na escrita, há uma atenção às normas gramaticais.

Neste estudo encontramos 7,10% da realização de pronome tônico na função de objeto direto anafórico, por exemplo:

[3] deixa eles quieto

d) Sintagma nominal

Outra forma de variação para o objeto direto anafórico demonstrado nestas pesquisas é a repetição do sintagma nominal representando a função de objeto direto anafórico, Duarte (1986) obteve 17,1% de ocorrências desse fenômeno na fala dos paulistanos.

O sintagma nominal pode ser formado por um substantivo, ou um artigo seguido de substantivo, ou seguido de pronome pessoal.

Desse modo, Perini (1985) evidencia que a classe não se identifica com a função, nem tem uma vinculação biunívoca com ela: uma classe se define pela relação paradigmática ente as diversas formas que podem desempenhar uma (ou várias) funções. Diremos então, que existe a classe dos “sintagmas nominais”, e que um sintagma nominal pode desempenhar várias “funções sintáticas”. (MATOS, 2005, p. 52)

De acordo com Perini (1985), podemos concluir que o sintagma nominal pode representar várias funções sintáticas: sujeito, objeto direto, objeto indireto, adjunto adnominal, etc. Nesta pesquisa consideramos apenas o sintagma nominal desempenhando a função de

objeto direto anafórico – que é o nosso objeto de estudo, conforme se vê na construção que se segue:

[4] Uma forma de você tirar a sua culpa é jogar **a culpa** no outro.

3.4- Fatores condicionadores na variação

De acordo com Preti (2004),

a cultura linguística do falante, seu grau de escolaridade, sua profissão, sua faixa etária, pesam suficientemente sobre seus hábitos de linguagem, para que ele se autodiscipline mais, porque seu *nível de fala* é, afinal, a marca de sua própria cultura e personalidade. Mas nada o impede, também, que seja sensível ao *uso linguístico* dos grupos menos cultos, aos coloquialismos sintáticos e vocabulares (à própria gíria), que lhe permitam, nas interações mais familiares, ganhar recursos expressivos. (PRETI, 2004, p. 14)

Conforme Preti (2004), o falante faz uso da língua para interagir com outros de seu meio social. A língua é flexível à necessidade de intenção do indivíduo em determinados momentos comunicativos. Com efeito, para melhor compreender e descrever nosso objeto de estudo na língua em uso na comunidade araguiense estabelecemos os seguintes grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos que, provavelmente, favorecem ou não ao processo de variação na fala.

3.4.1- O fenômeno linguístico

A variação pode ter motivação interna à língua, ou seja, fatores pertencentes a sua própria estrutura que produzem variações linguísticas. Com base em estudos já realizados e citados neste trabalho, consideramos imprescindível observar o nosso objeto de acordo com os seguintes grupos de fatores linguísticos condicionadores:

a) Natureza semântica do antecedente:

Nesta pesquisa, consideramos relevante observar o condicionamento exercido pela natureza semântica do antecedente. Estudos como de Mollica (1977), Tarallo (1983), Omena (1978), Duarte (1986) apontam que, quando o antecedente tende a ser [+ animado], há mais presença do objeto lexicalizado; quando o antecedente tende a ser [-animado], há mais realização de objeto nulo. Tomemos como exemplo as seguintes construções:

Ex. *Chegou a brucha ... Transformou ela.* (cf. Oliveira, 2007, a escrita é de uma criança em processo de alfabetização)

Como brucha tem referencialidade [+ humano], tem valor semântico [+animado/humano], exige mais a presença do objeto direto. Por outro lado, com valor semântico [-animado/humano], há maior tendência de realização do objeto nulo. Vejamos o exemplo abaixo:

Ex. *De anos e anos o dinheiro ficou famoso e todo mundo já conhecia \emptyset .* (cf. Oliveira, 2007)

A natureza semântica do antecedente pode ser caracterizada por ser [+ específico] ou [- específico]. Vejamos alguns exemplos:

- [+ específico/referencial]

Ele sempre faltava aula e um dia a mãe acordou ele as 08:00. (*apud* Arruda, 2006)

- [- específico/referencial]

Começou comigo eu caí na fantasia e adorei \emptyset . (*apud* Arruda, 2006)

Também satirizaras, se souberas (cv)⁹ (1655-1690) (cf. *se o souberas*) (*apud* KATO, 2006)

⁹ Cv = categoria vazia

a. Já viu que o nosso cinema virou clube _i ... E o burro... que limpe (cv)¹⁰ depois!

(1992) (*apud* KATO, 2006)

b. ... quando eu fui no curral, peguei um bocado de bosta_i de vaca e taquei (cv) em

cima do fermento... (1960) (*apud* KATO, 2006)

3.4.2- Grupos de fatores extralinguísticos

Se consideramos a linguagem como instrumento de interação social, torna-se imprescindível que observemos o nosso objeto de estudo em sua realização efetiva em momentos de interação, com atenção aos fatores sociais que permeiam a variação. Os fatores sociais que condicionam a variação linguística na expressão do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala do araguiense, considerados relevantes à nossa pesquisa, são:

a) **Sexo:** masculino

Feminino

Fischer (1958, *apud* Silva e Paiva, 1996) mostrou em sua pesquisa que a fala feminina quantificou maior percentual da forma de prestígio na fala de crianças de uma comunidade rural de Nova Inglaterra, sobre a variação entre *-ing* e *-in*.

Os estudos de Trudgill (1974, *apud* Silva e Paiva, 1996) corroboram os resultados de Fischer (1958) quanto ao inglês falado em Norwich, Inglaterra. Das treze variações fonológicas observadas a partir de fatores sociais, Trudgill (1974) identificou apenas uma variação relativa à variável sexo, reforçando a ideia de que a forma padrão está presente com mais frequência na fala feminina.

Labov (1972), ao analisar as variações fonológicas na fala de Nova Iorque, constata que os padrões da norma culta estão mais presentes na fala feminina. Wolfram (1969, *apud* Silva e Paiva, 1996) também detectou na fala feminina de uma comunidade

¹⁰ cv = categoria vazia

afroamericana de Detroit a conservação da norma padrão em escala maior do que na fala masculina.

De acordo com Trudgill (1979, *apud* Monteiro, 2000, p. 75)

as diferenças lingüísticas em função do sexo surgem porque a língua, como um fenômeno social, está estreitamente relacionada às atitudes sociais. Homens e mulheres são socialmente diferentes no sentido de que a sociedade lhes confere papéis distintos e espera que utilizem padrões de comportamento também distintos. Assim sendo, a linguagem reflete este fato social.

Em síntese, percebemos nestes estudos que há interferência da variável sexo. Silva e Paiva (1996) concluem que há uma forte tendência de uso das normas padrão pelo sexo feminino, como também, a aceitabilidade das formas não-padrão, seja a uma nova variação ou uma variação estável.

- b) **Faixa etária:** 21 a 40 anos – 1ª faixa
 41 a 60 anos – 2ª faixa
 acima de 60 anos – 3ª faixa

Segundo Labov (2008), o condicionamento idade é importante para a descrição de língua, pois quando comparada a fala de pessoas mais velhas com a fala de falantes mais jovens, obtém-se uma diferença consideravelmente relevante à descrição da língua, bem como para a compreensão da variação e mudança linguística.

Visto que a faixa etária desempenha uma função importante no sistema social, Silva e Paiva (1996) ressaltam que a correlação entre faixa etária e variação linguística fundamenta-se na estabilidade entre variantes linguísticas e, não implica, mas favorece a mudança na língua.

Em seu estudo Trudgill (1974, *apud* Silva e Paiva, 1996), quanto à faixa etária observou diferenças na fala de Norwich na Inglaterra: nas variações fonológicas a forma inovadora é preferencialmente aceita entre os falantes mais jovens, enquanto os mais idosos tendem a usar a forma conservadora.

Segundo Silva e Paiva (1996), o falante adquire a maior parte da linguagem aproximadamente até os 14 anos de idade; quando observamos a fala de uma pessoa acima de 50 anos percebemos nitidamente uma diferença que pode indicar mudanças em processo de implementação no sistema.

De acordo com estudos brasileiros, como Omena (1996), a mudança linguística está relacionada aos falantes mais jovens, uma vez que, os jovens tendem a desfavorecer a forma padrão, ao passo que os idosos tendem a conservá-la.

c) **Escolaridade:** Ensino Fundamental completo ou incompleto
Ensino Superior completo

Labov (2008), ao observar a fala novaiorquina, identificou diferenças quanto ao nível de escolaridade: quanto maior o nível de escolaridade, maior o índice da forma padrão. Outros estudos, como de Silva e Paiva (1996) comprovaram a interferência da variável escolaridade na preferência da norma padrão, e, os menos escolarizados tendem a empregar a forma não-padrão.

Silva e Paiva (1996) argumentam que os falantes com nível de escolarização mais alto apreciam mudanças que implementam uma forma socialmente aceita, conseqüentemente, refutam mudanças que se opõem ao padrão.

Feitas as considerações pertinentes aos fatores linguísticos e extralinguísticos condicionadores da variação partimos para a descrição do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala do araguiense.

4. RESULTADOS GERAIS: A ANÁLISE

Com o objetivo de descrever/explicar a ocorrência e a frequência do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala do araguiense, utilizamo-nos dos aportes teórico-metodológicos elaborados por Labov (2008), que nos permitem identificar/compreender os “processos em que o sistema linguístico interaja com as características fisiológicas ou psicológicas do indivíduo” (LABOV, 2008, p. 20). Ou seja, realizamos um estudo da língua a partir do levantamento das condições sociais e linguísticas que interferem no processo de variação linguística.

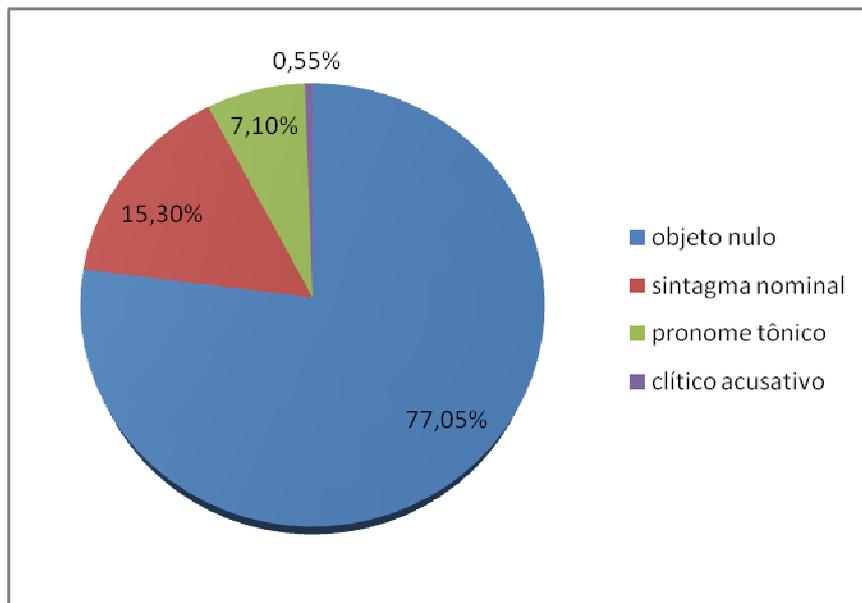
Outro passo importante consiste em observar o dinamismo sistemático da variação motivado pelas forças internas da própria língua, fenômeno que quase sempre resulta em uma mudança linguística.

Seguindo os passos metodológicos de Labov (2008), identificamos e destacamos do *corpus* as ocorrências dos traços linguísticos em estudo e, em seguida, quantificamos os resultados manualmente, conforme descrito no capítulo 3, item 3.3.

Vejamos.

O gráfico I mostra-nos o cômputo geral das ocorrências de objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala do araguiense, especificado por variantes.

Gráfico I. Cômputo geral do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala do araguiense



Percebemos nitidamente o desfavorecimento dos pronomes átonos e a prevalência expressiva da categoria vazia. Assim como descrito em outras regiões do Brasil, também neste lócus o português brasileiro indica um processo de mudança linguística no que se refere à expressão do objeto direto anafórico de 3ª pessoa. O panorama geral dessa mudança a partir do século XX se esclarece na tabela abaixo:

Realizações do objeto direto anafórico em alguns Estados brasileiros

Pesquisas	Clítico	Pron lex	SN anafórico	Objeto nulo
Omena (1978) – RJ	-	24,0%	-	76,0%
Pereira (1981) - RJ	0,9%	-	41,3%	57,8%
Duarte (1986) - SP	4,9%	15,4%	17,1%	62,6%
Malvar (1992) - DF	1,0%	25,0%	28,0%	46,0%
Pará (1997) - RJ	-	14,0%	24,0%	63,0%
Luíze (1997) - SC	1,0%	9,0%	36,0%	54,0%
Averbug (1998) - RJ	0,25%	15,15%	41,5%	43,1%
Matos (2005) - SE	-	9,4%	22,3%	68,3%

(*apud* MATOS, 2005)

Ainda que o presente estudo se limite a uma área relativamente restrita, ele permite acrescentar à tabela de Matos (2005) mais uma linha horizontal representando os nossos resultados:

Correa (2014) – MT - sul	0,55%	7,10%	15,30%	77,05%
--------------------------	-------	-------	--------	--------

Obviamente, a afirmação categórica de uma mudança linguística em âmbito nacional, sobretudo em um país de dimensão continental como o Brasil, demanda uma densa e abrangente pesquisa, entretanto os estudos realizados até este momento sinalizam efetivamente para um apagamento em curso do clítico na fala do brasileiro.

Os resultados expressos no gráfico 1 corroboram nossa hipótese inicial de que Alto Araguaia e Santa Rita do Araguaia participam dessa provável mudança ao expressar 77,05% de objeto nulo *versus* 0,55% de clítico acusativo. Os falantes estabelecem uma distância diametral entre uma forma e outra. Entre essas margens percentuais, o sintagma nominal destacou-se do pronome tônico por representarem 15,30% e 7,10% respectivamente, índices que, embora expressivos, também não ameaçam a preponderância do objeto vazio.

Para melhor explicar esse processo, propomos a leitura dos fatores linguísticos e extralinguísticos condicionadores da variação.

4.1 O fenômeno extralinguístico

Para descrever o objeto em estudo observando os condicionamentos sociais selecionamos três fatores – sexo, escolaridade e faixa etária. A partir das entrevistas selecionadas do banco de dados disponível no Projeto Peval, construímos a tabela 1, que discrimina as células sociais a serem analisadas:

Tabela 01 Corpus selecionado para análise

Identificação	FAIXA ETÁRIA	ESCOLARIDADE	SEXO
Informante 1	1ª faixa (de 20 a 40 anos)	Ensino Fundamental incompleto	Masculino
Informante 2	1ª faixa (de 20 a 40 anos)	Ensino Superior completo	Masculino
Informante 3	1ª faixa (de 20 a 40 anos)	Ensino Fundamental incompleto	Feminino
Informante 4	1ª faixa (de 20 a 40 anos)	Ensino Superior completo	Feminino
Informante 5	2ª faixa (de 41 a 60 anos)	Ensino Fundamental incompleto	Masculino
Informante 6	2ª faixa (de 41 a 60 anos)	Ensino Superior completo	Masculino
Informante 7	2ª faixa (de 41 a 60 anos)	Ensino Fundamental incompleto	Feminino
Informante 8	2ª faixa (de 41 a 60 anos)	Ensino Superior completo	Feminino
Informante 9	3ª faixa (acima de 60 anos)	Ensino Fundamental incompleto	Masculino
Informante 10	3ª faixa (acima de 60 anos)	Ensino Superior completo	Masculino
Informante 11	3ª faixa (acima de 60 anos)	Ensino Fundamental incompleto	Feminino
Informante 12	3ª faixa (acima de 60 anos)	Ensino Superior completo	Feminino

De 12 entrevistas examinadas, 06 entrevistas foram feitas com falantes do sexo masculino e 06 para com o do feminino, divididos em três faixas etárias (20 – 40; 41 – 60; + de 60) e dois níveis de escolaridade (ensino fundamental incompleto e superior completo). As entrevistas realizaram-se em situações informais, com falas espontâneas, no formato face a face.

Vejamos os resultados na tabela 2:

Tabela 02 Cômputo geral da realização do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala araguiense

Variáveis extralinguísticas			Variantes				Total
Sexo	Escolaridade	Faixa etária	Objeto nulo	Pronome tônico	Sintagma nominal	Clítico acusativo	
Homem	Fundamental	1ª	48 93,30%	1 1,70%	3 5,0%	0 0%	52 100%
Homem	Fundamental	2ª	48 82,75%	0 0%	10 17,25%	0 0%	50 100%
Homem	Fundamental	3ª	30 78,95%	0 0%	7 18,42%	1 2,63%	38 100%
Homem	Superior	1ª	18 66,68%	0 0%	8 29,62%	1 3,70%	27 100%
Homem	Superior	2ª	15 93,75%	0 0%	0 0%	1 6,25%	16 100%
Homem	Superior	3ª	17 70,83%	0 0%	7 29,17%	0 0%	24 100%
Mulher	Fundamental	1ª	29 58%	17 34%	4 8%	0 0%	50 100%
Mulher	Fundamental	2ª	63 66,32%	16 16,84%	16 16,84%	0 0%	95 100%
Mulher	Fundamental	3ª	22 84,61%	0 0%	4 15,39%	0 0%	26 100%
Mulher	Superior	1ª	12 52,18%	0 0%	11 47,82%	0 0%	23 100%
Mulher	Superior	2ª	35 81,40%	4 9,30%	4 9,30%	0 0%	43 100%
Mulher	Superior	3ª	76 90,48%	0 0%	8 9,52%	0 0%	84 100%
Total			413 77,05%	38 7,10%	82 15,30%	3 0,55%	536 100%

De acordo com a tabela 2, vemos claramente os indicativos de mudança em curso na língua portuguesa – segundo os estudos de Omena (1978), Pereira (1981), Tarallo (1983) e Duarte (1989). Antes, nossa língua era marcada pela realização do objeto direto anafórico com a expressão do clítico acusativo de 3ª pessoa; atualmente há um elevado percentual (77,05%) da variante objeto nulo, ou seja, em que o objeto direto não está marcado na oração, contrapondo ao avançado processo de extinção dos pronomes oblíquos átonos de 3ª pessoa (77,05% - 0,55%). À guisa de exemplificação, citamos:

[5] *Nem saber, larga os filhos com os outros, larga o pra lá*

[6] Quanto a educação hoje eu vejo o de maneira perplexa

Na fala dos 12 informantes, identificamos 536 ocorrências de objeto direto anafórico de 3ª pessoa que confirmam o apagamento do clítico acusativo com uma baixa representação (0,55%), enquanto se observa a substituição do pronome átono, preferencialmente, pelo objeto nulo foneticamente não realizado (77,05%), sintagma nominal (15,30%) e pelo pronome tônico (7,10%).

4.1.1 A expressão das variantes segundo o fator sexo

Os estudos de Fischer (1958), Trudgill (1974), Labov (1992), Silva e Paiva (1996) mostram que há interferência do fator sexo na fala, indicando que falantes do sexo feminino demonstram maior favorecimento à norma culta da língua.

Os resultados obtidos na tabela 3 contrariam os mencionados estudos ao mostrar a expressão dos clíticos acusativos unicamente na fala masculina.

Tabela 03 Distribuição das variantes pelo fator sexo

Variantes	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Objeto nulo	176 42,62%	237 57,38%	413 100%
Pronome tônico	1 2,64%	37 97,36%	38 100%
Sintagma nominal	35 42,68%	47 57,32%	82 100%
Clítico acusativo	3 100%	0 0%	3 100%
			536 ocorrências

Os resultados mostram que das 536 ocorrências de objeto direto anafórico, 413 foram objeto nulo, 38 pronome tônico, 82 sintagma nominal, e apenas 3 clíticos acusativos. Considerando a variável sexo, o objeto nulo teve maior índice na fala feminina expressando 57,38% contra 42,62% na fala masculina, mas a diferença não é muito expressiva. Vejamos alguns exemplos da fala masculina e feminina, respectivamente:

[7] *nós começamos ø*

[8] *Você não ganha seu espaço você conquista* ◊

A realização do pronome tônico foi quase absoluta na fala feminina, 97,36% e, apenas, 2,64% na fala masculina. O sintagma nominal está em condição de paridade com o objeto nulo: 57,32% de presença de sintagma nominal e 57,38% de objeto nulo na fala feminina, 42,68% de expressão de sintagma nominal e 42,62% de objeto nulo na fala masculina. Em ambos os casos o fator sexo apresenta-se irrelevante.

A tabela 4 apresenta a realização das variantes por cada célula da variável sexo.

Tabela 04 Distribuição das variável sexo pelas variantes

Variável	Variantes				
Sexo	Objeto nulo	Pronome tônico	Sintagma nominal	Clítico acusativo	Total
Masculino	176 81,86%	1 0,48%	35 16,27%	3 1,39%	215 100%
Feminino	237 73,83%	37 11,53%	47 14,64%	0 0%	321 100%
Total	413 77,05%	38 7,10%	82 15,30%	3 0,55%	536 100%

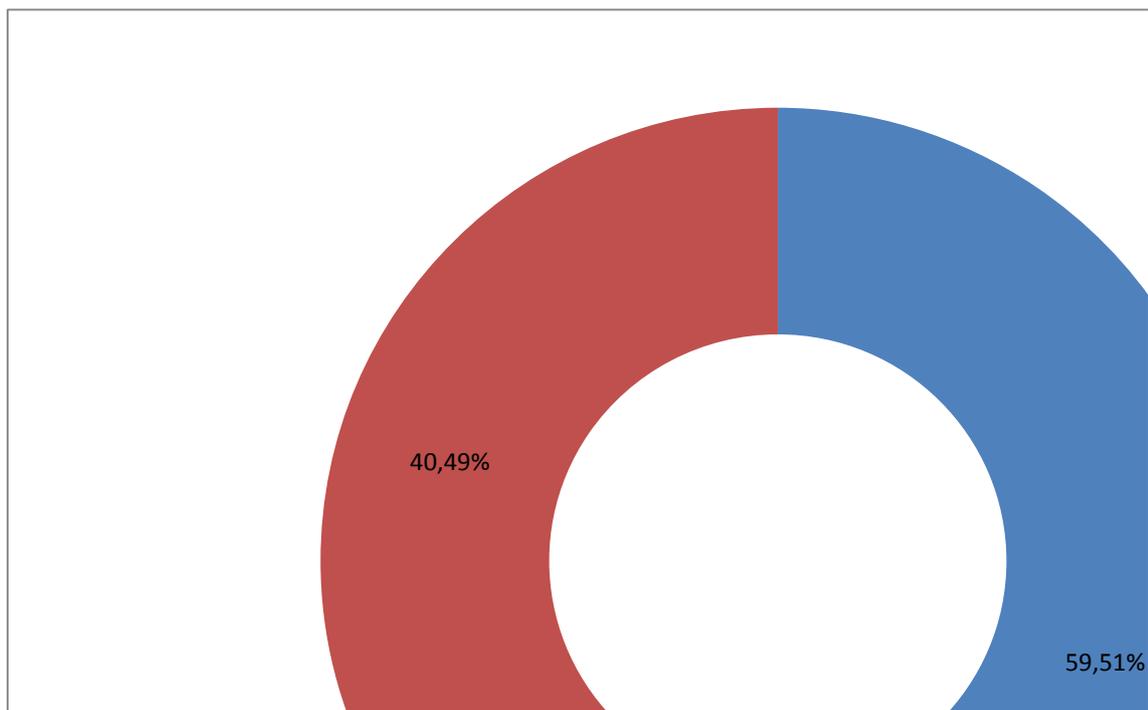
Considerando apenas a fala masculina, registramos 81,86% de objeto nulo, 0,48% de pronome tônico, 16,27% de sintagma nominal, 1,39% de clítico acusativo. Na fala feminina, temos 73,83% de objeto nulo, 11,53% de pronome tônico, 14,64% de sintagma nominal e a ausência de clítico acusativo.

Analisando as tabelas 3 e 4, veremos que a fala masculina apresentou maior percentual de realização de clíticos acusativos (indicados pela gramática normativa) e de objeto nulo (não indicado pela gramática normativa, mas não expressamente proibido). Ainda, o pronome tônico, designado pela gramática normativa a desempenhar a função de sujeito, obteve baixíssimo percentual (0,48%). Então, podemos afirmar que a fala masculina demonstra maior tendência ao favorecimento da norma padrão.

4.1.2 A expressão das variantes segundo o fator escolaridade

Verificamos no gráfico II, a produtividade das variantes em estudo distribuídas pelo fator escolaridade. Os falantes de ensino fundamental completo ou incompleto apresentaram maior produção (59,51%) de objeto direto anafórico do que os falantes de ensino superior (40,49%).

Gráfico II A realização do objeto direto anafórico segundo a escolaridade



Observamos, na tabela 5, a concorrência de cada variante separada por nível de escolaridade.

Tabela 05 Distribuição das variantes pela escolaridade

Escolaridade	Variantes				Total
	Objeto nulo	Pronome tônico	Sintagma nominal	Clítico acusativo	
Ensino Fundamental (completo ou incompleto)	240 75,23%	34 10,65%	44 13,79%	1 0,33%	319 100%
Ensino Superior (completo)	173 79,72%	4 1,84%	38 17,52%	2 0,92%	217 100%
Total	413 77,05%	38 7,10%	82 15,30%	3 0,55%	536 100%

Analisando a variação por nível de escolaridade, temos: para o ensino fundamental 319 ocorrências de objeto direto anafórico, sendo 75,23% de objeto nulo, 10,65% para o pronome tônico, 13,79% de sintagma nominal e 0,33% de clítico acusativo; para o ensino superior 79,72% de objeto nulo, 1,84% para o pronome tônico, 17,52% de sintagma nominal e 0,92% de clítico acusativo.

Os resultados apresentados na tabela 5 corroboram com os estudos de Duarte (1986),

Embora pouco representativo dentro do total de ocorrências, o uso do clítico cresce proporcionalmente à escolaridade dos informantes, enquanto decresce o uso do pronome lexical. É significativo o favorecimento no uso de [SNs] por todos os grupos particularmente pelo grupo 3º grau (DUARTE, 1986, p. 35)

A tabela 6 mostra-nos a variação pelo fator escolaridade.

Tabela 06 Distribuição do condicionamento escolaridade pelas variantes

Variantes	Variável: Escolaridade		
	Ensino Fundamental	Ensino Superior (completo)	Total
Objeto nulo	240 58,12%	173 41,88%	413 100%
Pronome tônico	34 89,48%	4 10,52%	38 100%
Sintagma nominal	44 53,66%	38 46,34%	82 100%
Clítico acusativo	1 33,34%	2 66,66%	3 100%

Na tabela 6, podemos ler que das 413 ocorrências de objeto nulo, 58,12% representam os falantes de ensino fundamental e 41,88% de ensino superior, caracterizando uma variação considerável, mas não muito significativa.

Quanto maior o nível de escolaridade, maior o domínio linguístico do falante sobre a norma culta de sua língua. Comprovamos esse fato com os resultados apresentados na tabela 5: ensino fundamental 89,48% de ocorrências de pronome tônico contra 10,52% das ocorrências para os informantes de ensino superior completo.

A variante sintagma nominal não concorre significativamente quanto à escolaridade (53,66% para o falante de ensino fundamental e 46,34% para o ensino superior).

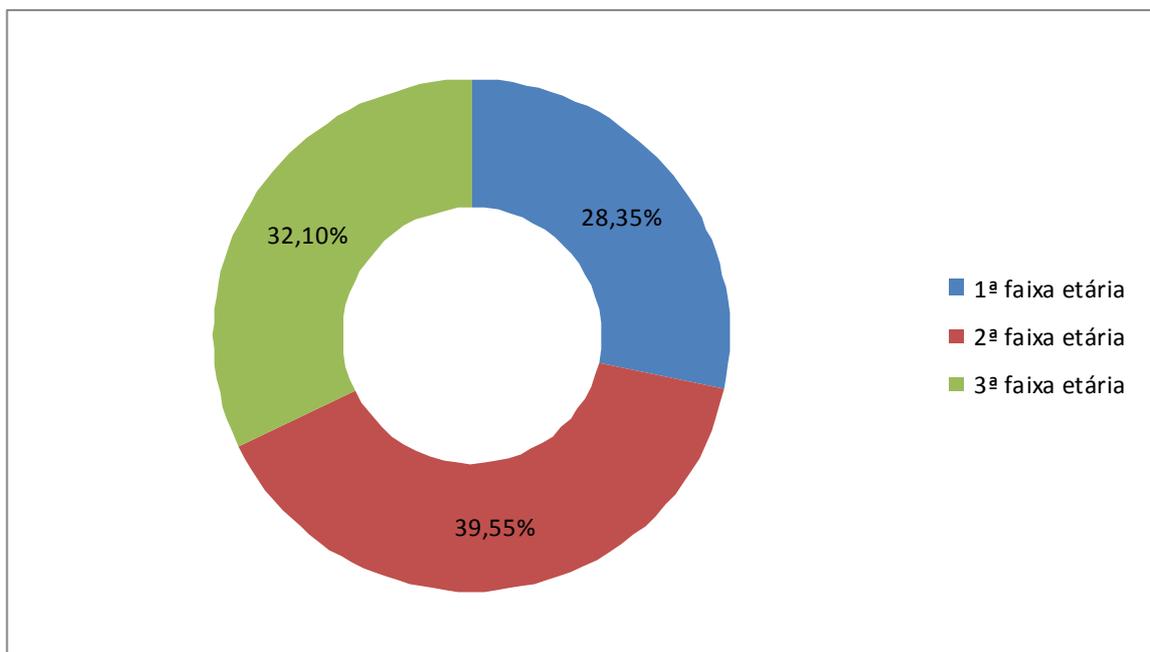
Apesar de ser uma representação pequena comparada às demais variantes, vale observar que o clítico acusativo tem maior representação na fala dos informantes de ensino superior, o dobro do que nos informantes de ensino fundamental. Dessa forma, podemos afirmar que a variável escolaridade é relevante para a expressão dos clíticos acusativos, embora seja mínima a sua representação no cômputo geral das ocorrências de objeto direto anafórico.

Os resultados apresentados nesta seção confirmam a variação no que se refere à expressão do objeto direto anafórico de 3ª pessoa, exemplificado com a elevada realização do objeto nulo em concorrência com a baixíssima realização dos clíticos acusativos (77,05% contra 0,55%). Se os clíticos acusativos representam apenas 0,55%, as variantes que estão em concorrência e contribuindo para a extinção dos clíticos somam 99,45% (objeto nulo + sintagma nominal + pronome tônico).

4.1.3 A expressão das variantes segundo o fator faixa etária

Considerando a expressão de objeto direto anafórico na fala araguiense, o gráfico III apresenta a porcentagem de sua realização distribuída pelo fator escolaridade.

Gráfico III A realização do objeto direto anafórico segundo o fator escolaridade



A tabela 7 especifica as variantes distintas pelo fator faixa etária.

Tabela 07 Distribuição das variantes pelo fator faixa etária

Faixa etária	Variantes				Total
	Objeto nulo	Pronome tônico	Sintagma nominal	Clítico acusativo	
1ª faixa (20-40 anos)	107 70,40	18 11,84%	26 17,10%	1 0,66%	152 100%
2ª faixa (41-60 anos)	161 75,94	20 9,43%	30 14,15%	1 0,48%	212 100%
3ª faixa (+de 60 anos)	145 84,30%	0 0%	26 15,12%	1 0,58%	172 100%
Total	413 77,05%	38 7,10%	82 15,30%	3 0,55%	536 100%

Os resultados apresentados na tabela 7 apontam que o fator idade não parece ser muito relevante para a explicação da variação em estudo uma vez que o percentual de variação entre as variantes não representa uma diferença significativa. Para justificar esta afirmação consideramos, também, os resultados apresentados no gráfico 2: 59,51% da realização de objeto nulo anafórico para os falantes de ensino fundamental e 40,49% para os falantes de ensino superior.

Observando a distribuição da tabela 7, temos para a 1ª faixa etária: 70,40% de objeto nulo, 9,43% pronome tônico, 14,15% de sintagma nominal e 0,48% de clítico acusativo; para a 2ª faixa etária: 75,94% de objeto nulo, 11,74% pronome tônico, 17,10% de sintagma nominal e 0,66% de clítico acusativo; para a 3ª faixa etária: 84,30% de objeto nulo, 0% pronome tônico, 15,12% de sintagma nominal e 0,58% de clítico acusativo.

Com relação ao objeto nulo, observa-se que nas três faixas etárias há forte preferência para o esvaziamento do objeto, sendo: 70,40% na 1ª faixa etária, 75,94% para a 2ª faixa etária e 84,30% para a 3ª faixa etária.

A extinção do clítico acusativo está cada vez mais comprovada. Interessante observar o equilíbrio do seu uso nas três faixas etárias: 0,66% na 1ª faixa, 0,48% na 2ª faixa e 0,58% na 3ª faixa.

No que se refere ao pronome tônico, há um equilíbrio entre a 1ª e 2ª faixa etária, respectivamente, 11,84% e 9,43%. Porém, na 3ª faixa etária há a ausência de pronome tônico.

A realização da variável sintagma nominal, também apresentou estabilidade entre as faixas etárias: 17,10% para a 1ª faixa etária, 14,15% para a 2ª faixa etária e 15,12% para a 3ª faixa etária.

A tabela 8 apresenta a distribuição de cada variante por faixa etária.

Tabela 08 Distribuição do fator faixa etária pelas variantes

Variantes	Faixa etária			Total
	1ª faixa etária (20-40 anos)	2ª faixa etária (41-60 anos)	3ª faixa etária (+de 60 anos)	
Objeto nulo	107 25,90%	161 39%	145 35,10%	413 100%
Pronome tônico	18 47,36%	20 52,64%	0 0%	38 100%
Sintagma nominal	26 31,70%	30 36,60%	26 31,70%	82 100%
Clítico acusativo	1 33,33%	1 33,33%	1 33,33%	3 100%

Os resultados apresentados na tabela 8 mostram-nos equilíbrio dos índices de expressão do objeto direto anafórico nas diferentes faixas etárias: observando que a realização do objeto nulo apresenta 25,90% para a 1ª faixa etária, 39% para a 2ª faixa etária e 35,10% para a 3ª faixa etária; o pronome tônico expressa 47,36% na 1ª faixa etária, 52,64% na 2ª faixa etária e 0% na 3ª faixa etária; o sintagma nominal somou 31,70% na 1ª faixa etária, 36,60% na 2ª faixa etária, 31,70% na 3ª faixa etária; por fim, o clítico acusativo manteve-se estável nas três faixas etárias (33,33%).

De acordo com os três fatores condicionadores extralinguísticos (sexo, escolaridade e faixa etária) analisados neste trabalho, podemos confirmar o elevado número de ocorrências da variante objeto nulo, o que revela sua prevalência sobre as demais variantes que concorrem entre si na manifestação do objeto direto anafórico. Em síntese, os fatores sociais observados condicionam a mudança linguística em curso na comunidade araguaense corroborando com os estudos de Omena (1978), Pereira (1981), Duarte (1986), Averbug (1998), Cyrino (1999), Arruda (2006) e Kato (1996).

4.2 O fenômeno linguístico *versus* o extralinguístico e suas correlações

Passamos à análise dos condicionamentos linguísticos na variação do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala do araguiense. Para essa finalidade, observaremos os traços semânticos do objeto direto antecedente, que se classificam em:

[+] animado – *eu teria **ela** de novo porque apesar de todo o sofrimento né, pra trazer **ela** ao mundo*

[-] animado – *hoje pode comprar **o** mais não adianta nada porque não tem dinheiro*

[+] específico - *eu levar **ela** na escola*

[-] específico - *você podia ter uma coisa que você precisava explicar **o** e de repente não poder falar **o** porque você tinha que temer **o** tinha que respeitar **o***

Tomando como ponto de partida a tabela 9, apresentaremos o panorama geral dos dados linguísticos identificados na fala araguiense quanto à natureza semântica do seu antecedente:

Tabela 09 Distribuição geral da natureza semântica do antecedente ao fenômeno extralinguístico

Fatores extralinguísticos			Fatores linguísticos					Total
Sexo	Escolaridade	Faixa etária	[+ animado]	[- animado]	Total	[+ específico]	[- específico]	
Homem	Fundamental 1	2ª	08 13,80%	50 86,20%	58 100%	30 51,73%	28 48,27%	58 100%
Homem	Fundamental 1	3ª	11 28,94%	27 71,06%	38 100%	16 42,20%	22 57,90%	38 100%
Homem	Superior	1ª	09 33,33%	18 66,66%	27 100%	10 37,03%	17 62,97%	27 100%
Homem	Superior	2ª	03 18,75%	13 81,52%	16 100%	08 50%	08 50%	16 100%
Homem	Superior	3ª	01 4,17%	23 95,83%	24 100%	15 62,50%	09 37,50%	24 100%
Mulher	Fundamental 1	1ª	27 54%	23 46%	50 100%	32 64%	18 36%	50 100%
Mulher	Fundamental 1	2ª	28 29,47%	67 70,53%	95 100%	43 45,26%	52 54,74%	95 100%
Mulher	Fundamental 1	3ª	05 19,24%	21 80,76%	26 100%	14 53,84%	12 46,16%	26 100%
Mulher	Superior	1ª	02 8,70%	21 91,30%	23 100%	06 26,09%	17 73,91%	23 100%
Mulher	Superior	2ª	19 44,18%	24 55,82%	43 100%	10 23,25%	33 76,75%	43 100%
Mulher	Superior	3ª	16 19,05%	68 80,95%	84 100%	39 46,43%	45 53,57%	84 100%
Total			134 25%	402 75%	536 100%	233 43,47%	303 56,53%	536 100%

Observando o computo geral das variantes estudadas (clítico acusativo, objeto nulo, pronome tônico e sintagma nominal) conforme a natureza semântica do antecedente, percebemos a predominância do traço [- animado] motivando a variação segundo a faixa etária, a escolaridade e o sexo. Registramos 25% do traço [+ animado] *versus* 75% [- animado]. Quanto à especificidade do antecedente, notamos leve equilíbrio, sendo 43,47% [+ específico] e 56,53% [- específico], mas a maior produção com o antecedente [- específico].

Observemos agora os diferentes fatores linguísticos examinados separadamente segundo cada variante em estudo. Vejamos a natureza semântica do condicionante extralinguístico sexo:

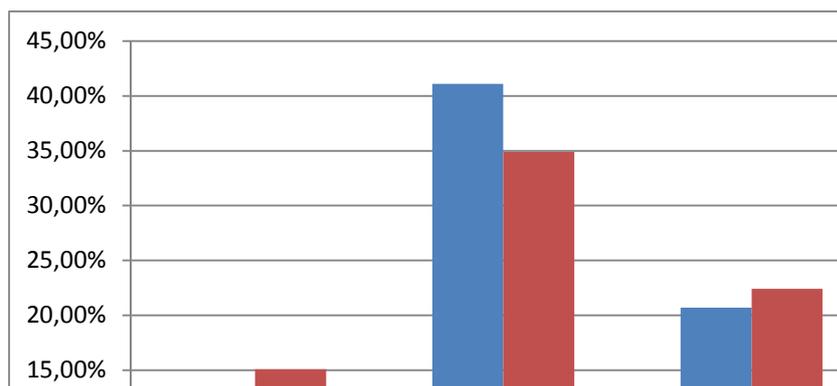
Tabela 10 Distribuição do condicionamento linguístico segundo o fator social sexo

Sexo	Variantes				Total
	[+ animado]	[- animado]	[+ específico]	[- específico]	
Masculino	37 8,60%	178 41,10%	89 20,70%	126 29,30%	430 100%
Feminino	97 15,10%	224 34,90%	144 22,42%	177 27,58%	642 100%
Total	134	402	233	303	

Vimos nitidamente, neste caso, o alto índice dos traços [- animado] e [- específico]. Falantes do sexo masculino produziram 8,60% [+ animado] e 41,10% [- animado] e 20,70% [+ específico] e 29,30% [- específico]. Já os do sexo feminino apresentaram 15,10% [+ animado] e 34,90% [- animado] e 22,42% [+ específico] e 27,58% [- específico].

As categorias de falantes apresentam uma diferença significativa entre os concorrentes, porém, se contrapusermos o fator linguístico ao extralinguístico, podemos notar uma diferença pouco considerável, exceto o traço [+ animado] que praticamente dobra de valor, como mostra o gráfico IV.

Gráfico IV Distribuição do condicionamento linguístico segundo o fator social sexo



A tabela 11 mostra-nos o condicionamento linguístico distribuído pelo fator social escolaridade. Temos:

Tabela 11 Distribuição do condicionamento linguístico segundo o fator social escolaridade

Escolaridade	Variantes				Total
	[+ animado]	[- animado]	[+ específico]	[- específico]	
Ensino Fundamental (incompleto)	84 13,17%	235 36,83%	145 22,72%	174 27,28%	638 100%
Ensino Superior (completo)	50 11,52%	167 38,48%	88 20,28%	129 29,72%	434 100%
Total	134	402	233	303	

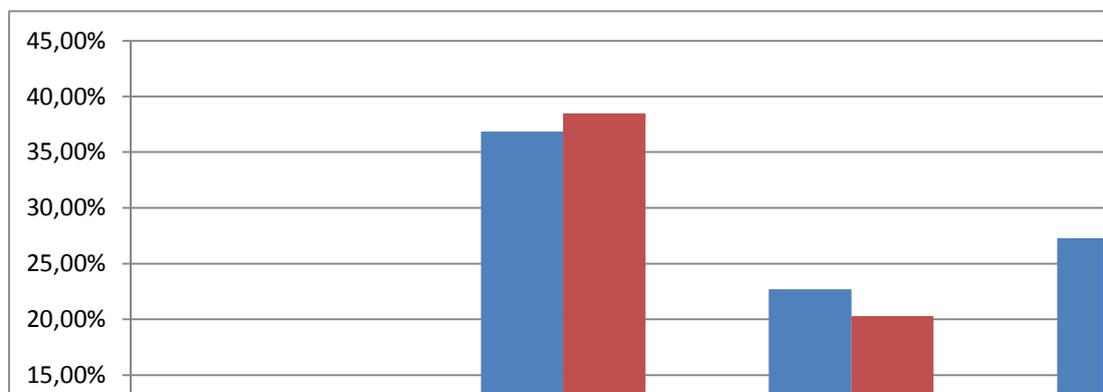
Observando a natureza semântica do antecedente, percebemos que o fator social escolaridade não apresenta diferenças marcantes nos dados obtidos de informantes com ensino fundamental ou ensino superior (exemplificaremos melhor no gráfico 5). Porém, quando contrastamos o traço [+ animado] com o [- animado] temos 13,17% *versus* 36,83%, respectivamente. No caso dos falantes de ensino superior, o traço [- animado] se eleva mais um pouco, atingindo 38,48%, e o traço [- animado] cai para 11,52%.

Os falantes de ensino fundamental realizaram 27,28% do traço [- específico] e 22,72% de [+ específico]; os do ensino superior manifestam 20,28% das ocorrências [+ específico] e 20, 72% [- específico].

Considerando os resultados apresentados na tabela 11 e no gráfico V, logo abaixo, vimos a motivação linguística relacionada ao condicionamento social escolaridade indicando preferências que sinalizam para a mudança linguística.

Vejamos.

Gráfico V Distribuição do condicionamento linguístico segundo o fator social escolaridade



Podemos notar que os falantes com ensino superior tendem aos traços [- animado] e [- específico], ao passo que os falantes de ensino fundamental favorecem os traços [+ animado] e [+ específico].

Consideremos agora o condicionamento linguístico correlacionado ao fator social idade. Constatamos, mais uma vez, maior ocorrência com os traços [- animado] e [- específico] nas três faixas etárias. Vejamos:

Tabela 12 Distribuição do condicionamento linguístico segundo o fator social idade

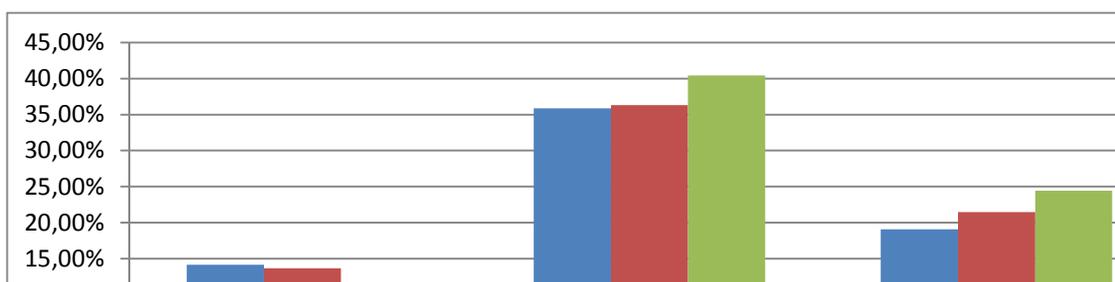
Variável	Variantes				Total
Faixa etária	[+ animado]	[- animado]	[+ específico]	[- específico]	
1ª faixa (de 20 a 40 anos)	43 14,15%	109 35,85%	58 19,07%	94 30,93%	304 100%
2ª faixa (de 41 a 60 anos)	58 13,68%	154 36,32%	91 21,47%	121 28,53%	424 100%
3ª faixa (acima de 60 anos)	33 9,59%	139 40,41%	84 24,42%	88 25,58%	344 100%
Total	134	402	233	303	

Na 1ª faixa etária, temos 14,15% das ocorrências do traço [+ animado] contra 35,85% [- animado], 19,07% [+ específico] contra 30,93% [- específico]. Na 2ª faixa etária, quantificamos 13,68% [+ animado] *versus* 36,32% [- animado], 21,47% [+ específico] *versus* 28,53% [- específico]. Por fim, na 3ª faixa etária, lemos: 9,59% de traço [+ animado] contra 40,41% [- animado], 24,42% [+ específico] contra 25,58% [- específico].

Percebemos que, a ocorrência de traços [- animado] e [- específico] é predominantemente maior quanto comparada a seus concorrentes [+ animado] e [+ específico].

Olhemos os resultados expostos no gráfico VI:

Gráfico VI Distribuição do condicionamento linguístico segundo o fator social idade



Expostos dessa forma, os resultados mostram que a predominância do traço [-animado] sobre o [+ animado] é maior do que do traço [- específico] sobre o [+ específico].

Observando somente o traço [+ animado], vemos a sua queda gradual em relação às três faixas etárias: quanto mais velhos os informantes, maior a ocorrência de traço [-animado], e, em sentido contrário, quanto mais jovens maior ocorrência de traço [+ animado].

Movimento oposto ocorre quando observamos o índice de especificidade: quanto maior a idade, maior o índice de especificidade, e quanto mais jovens, menor o índice de especificidade na realização do objeto direto anafórico.

Para aprofundar a análise dos fatores linguísticos, observaremos a correlação entre os fatores extralinguísticos: sexo, escolarização e idade.

Analisa-se, na tabela 13, a expressão do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala araguaense, representado pelo objeto nulo em relação aos três conjuntos de fatores condicionantes extralinguísticos.

Tabela 13 Distribuição dos dados computados segundo objeto nulo

Fatores condicionadores extralinguísticos			Variantes					Total
Sexo	Escolaridade	Faixa etária	[+ animado]	[- animado]	Total	[+ específico]	[- específico]	
Homem	Fundamental	1ª	04 8%	46 92%	50 100%	7 14%	43 86%	50 100%
Homem	Fundamental	2ª	-	51 100%	51 100%	26 52%	24 48%	51 100%
Homem	Fundamental	3ª	08 25,80%	23 74,20%	31 100%	11 36,49%	19 63,51%	31 100%
Homem	Superior	1ª	04 22,23%	14 77,77%	18 100%	04 22,23%	14 77,77%	18 100%
Homem	Superior	2ª	04 26,67%	11 73,33%	15 100%	07 46,67%	08 53,33%	15 100%
Homem	Superior	3ª	01 6,25%	15 93,75%	16 100%	08 50%	08 50%	16 100%
Mulher	Fundamental	1ª	11 37,93%	18 62,07%	29 100%	12 41,38%	17 58,62%	29 100%
Mulher	Fundamental	2ª	09 14,28%	54 85,72%	63 100%	19 30,15%	44 69,85%	63 100%
Mulher	Fundamental	3ª	06 27,27%	16 72,73%	22 100%	14 63,64%	09 36,36%	22 100%
Mulher	Superior	1ª	-	12 100%	12 100%	04 33,34%	08 66,66%	12 100%
Mulher	Superior	2ª	16 44,45%	20 55,55%	36 100%	09 25%	27 75%	36 100%
Mulher	Superior	3ª	06 7,80%	71 92,20%	77 100%	38 49,35%	39 50,65%	77 100%

Corroborando estudos anteriores, como de Mollica (1977), Tarallo (1983), Omena (1978), Duarte (1986), Cyrino (1997), os resultados apresentados na tabela 12 apontam que, quando o antecedente tende a ser [+ animado], maior é a ocorrência do objeto lexicalizado; quando o antecedente tende a ser [-animado], maior é a realização de objeto nulo.

Percebe-se que o traço [-animado] é mais frequente na expressão do objeto nulo nas três categorias de condicionantes extralinguísticos. Ao passo que a especificidade ora define o traço [- específico] como atuante no processo de variação ora o traço [+ específico]: 63,64% (mulher, fundamental 3ª faixa etária) e 52% (homem, fundamental, 2ª faixa etária).

A tabela 14 apresenta a correlação entre os fatores linguísticos e os extralinguísticos segundo a variante clítico acusativo. Os resultados aqui apresentados reforçam os de Duarte (1986): há uma alta incidência de preenchimento do objeto quando seu antecedente apresenta o traço [+ animado], enquanto manifesta-se uma forte tendência ao uso do objeto nulo quando se refere a um antecedente [- animado]. Exemplificando:

[...] *ai fez o parto da minha filha ... eu nem cheguei a vê ela*

[] *na particular não sei que vou poder pagá*

Vejamos.

Tabela 14 Distribuição dos dados computados segundo a variante clítico acusativo

Fatores condicionadores extralinguísticos			Variante: clítico acusativo					Total de ocorrências
Sexo	Escolaridade	Faixa etária	[+ animado]	[- animado]	Total	[+ específico]	[- específico]	
Homem	Fundamental	1ª	-	-	-	-	-	-
Homem	Fundamental	2ª		-	-	-	-	-
Homem	Fundamental	3ª	$\frac{1}{100\%}$	-	$\frac{1}{100\%}$	$\frac{1}{100\%}$	-	$\frac{1}{100\%}$
Homem	Superior	1ª	$\frac{1}{100\%}$	-	$\frac{1}{100\%}$	$\frac{1}{100\%}$	-	$\frac{1}{100\%}$
Homem	Superior	2ª	$\frac{1}{100\%}$	-	$\frac{1}{100\%}$	$\frac{1}{100\%}$	-	$\frac{1}{100\%}$
Homem	Superior	3ª	-	-	-	-	-	-
Mulher	Fundamental	1ª	-	-	-	-	-	-
Mulher	Fundamental	2ª	-	-	-	-	-	-
Mulher	Fundamental	3ª	-	-	-	-	-	-
Mulher	Superior	1ª	-	-	-	-	-	-
Mulher	Superior	2ª	-	-	-	-	-	-
Mulher	Superior	3ª	-	-	-	-	-	-

Como se pode observar, o limitado uso do clítico acusativo ocorre na fala dos informantes com nível de escolaridade mais alto, especificamente restrito à 1ª e 2ª faixas etárias.

Se a ocorrência do clítico acusativo está relacionada ao mais alto nível de escolaridade, cumpre-nos fazer uma reflexão sobre a ausência do clítico acusativo na fala dos informantes da 3ª faixa etária, com base na contextualização histórica desta comunidade linguística. Tratando-se de uma comunidade relativamente nova e pequena, os informantes da terceira faixa etária representam uma população remanescente, com baixo nível de escolaridade, uma vez que o primeiro curso de ensino superior ofertado nesta comunidade foi na cidade de Alto Araguaia pela UNEMAT, em 1991. (acessado em: http://www.aia.unemat.br/?page_id=47)

Também parece digna de nota a ocorrência de um clítico acusativo na fala de um informante da 3ª faixa etária com apenas o ensino fundamental. Entretanto, não nos aventuramos a explicar esse fenômeno, tendo em vista o fato de que o *corpus* desta análise, como já foi dito no capítulo anterior, pertence ao banco de dados do Projeto Peval UNEMAT-Campus Universitário de Alto Araguaia, o que limita nosso campo de observação.

Vejam agora, a variação segundo a variante sintagma nominal.

Tabela 15 Distribuição dos dados computados segundo a variante sintagma nominal

Fatores condicionadores extralinguísticos			Variante: sintagma nominal					Total
Sexo	Escolaridade	Faixa etária	[+ animado]	[- animado]	Total	[+ específico]	[- específico]	
Homem	Fundamental	1ª	01 50%	01 50%	02 100%	02 100%	-	02 100%
Homem	Fundamental	2ª	-	08 100%	08 100%	04 50%	04 50%	08 100%
Homem	Fundamental	3ª	02 28,57%	05 71,43%	07 100%	04 57,14%	03 42,86%	07 100%
Homem	Superior	1ª	02 25%	06 75%	08 100%	02 25%	06 75%	08 100%
Homem	Superior	2ª	-	-	-	-	-	-
Homem	Superior	3ª	-	07 100%	07 100%	03 42,86%	04 57,14%	07 100%
Mulher	Fundamental	1ª	-	04 100%	04 100%	02 50%	02 50%	04 100%
Mulher	Fundamental	2ª	03 20%	12 80%	15 100%	06 40%	09 60%	15 100%
Mulher	Fundamental	3ª	-	04 100%	04 100%	01 25%	03 75%	04 100%
Mulher	Superior	1ª	05 45,45%	06 54,55%	11 100%	02 18,18%	09 81,82%	11 100%
Mulher	Superior	2ª	-	09 100%	09 100%	05 55,55%	04 44,46%	09 100%
Mulher	Superior	3ª	-	07 100%	07 100%	01 14,29%	06 85,71%	07 100%

Retomando a tabela 1 vemos que a variante sintagma nominal somou apenas 15,30% do total das ocorrências. Embora seja uma manifestação pequena, os resultados apresentados na tabela 15 indicam o traço [- animado] como fator atuante no favorecimento à variação, registrando os índices mais alto em cada fala/informante, ao mesmo passo que o traço especificidade oscilou entre [+ específico] e [- específico], prevalecendo o [- específico].

É interessante observar a ausência da realização da variante sintagma nominal em algumas categorias, como: a ausência completa na fala do informante de sexo masculino, 2ª faixa etária com ensino superior completo; a ausência parcial na fala de outros informantes, e, uma única ausência de traço [- específico] na fala do informante de sexo masculino, 1ª faixa etária e ensino fundamental incompleto.

Percebe-se que, a variante sintagma nominal preenche quase todas as categorias da tabela 15 enquanto o clítico acusativo atingiu apenas 03 ocorrências.

Quanto à variante pronome tônico, nota-se que o movimento linguístico ocorre mais lentamente em relação às outras variantes. Observemos, na tabela 16, a ocorrência da variante pronome tônico relacionada aos fatores linguísticos e extralinguísticos.

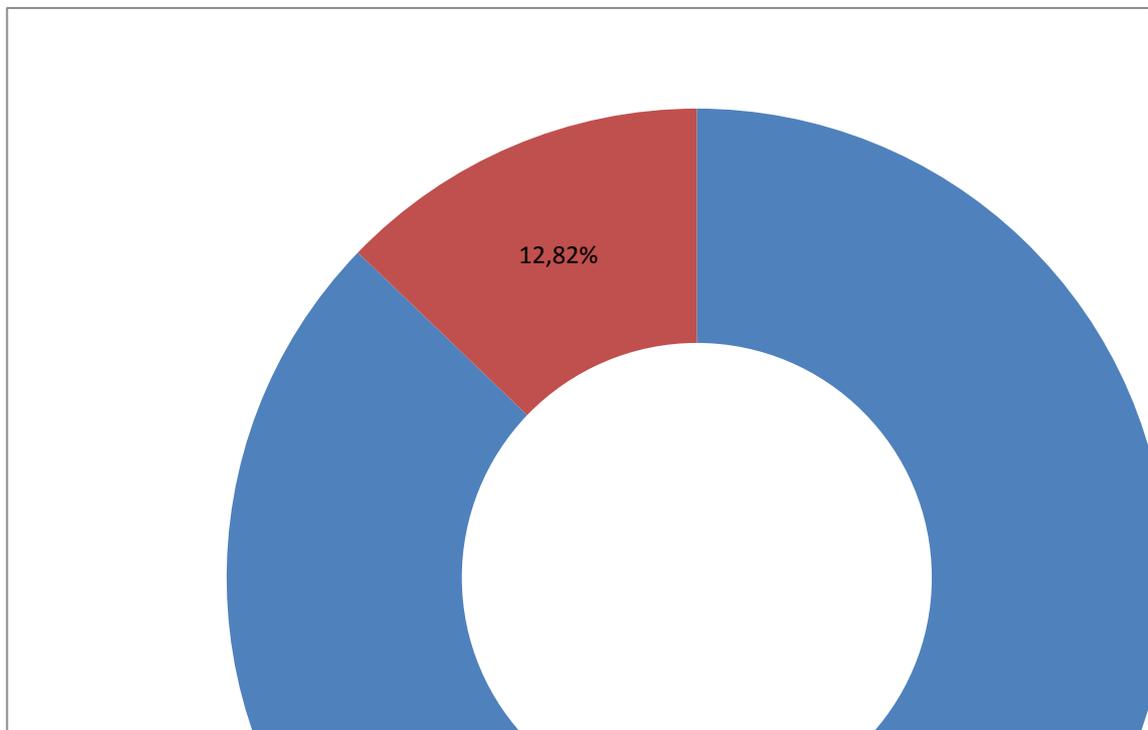
Tabela 16 Distribuição dos dados computados segundo a variante pronome tônico

Fatores condicionadores extralinguísticos			Variante: pronome tônico					Total
Sexo	Escolaridade	Faixa etária	[+ animado]	[- animado]	Total	[+ específico]	[- específico]	
Homem	Fundamental	1ª	01 50%	01 50%	02 100%	02 100%	-	02 100%
Homem	Fundamental	2ª	-	-	-	-	-	-
Homem	Fundamental	3ª	-	-	-	-	-	-
Homem	Superior	1ª	01 100%	-	01 100%	01 100%	-	01 100%
Homem	Superior	2ª	-	-	-	-	-	-
Homem	Superior	3ª	-	-	-	-	-	-
Mulher	Fundamental	1ª	16 100%	-	16 100%	16 100%	-	16 100%
Mulher	Fundamental	2ª	15 93,75%	01 6,25%	16 100%	16 100%	-	16 100%
Mulher	Fundamental	3ª	-	-	-	-	-	-
Mulher	Superior	1ª	-	-	-	-	-	-
Mulher	Superior	2ª	04 100%	-	04 100%	02 50%	02 50%	04 100%
Mulher	Superior	3ª	-	-	-	-	-	-

Na tabela 16, os resultados atestam que os informantes do sexo feminino empregam, com uma frequência consideravelmente superior a variante pronome tônico, sendo: 03 ocorrências na fala dos homens e 36 ocorrências na das mulheres.

Vejamos, no gráfico VII, que a realização do pronome tônico com função de objeto direto anafórico de 3ª pessoa é influenciada pelo nível escolaridade; dessa forma, podemos perceber que quanto menor o tempo de escolarização do informante, maior o favorecimento da expressão do pronome tônico, e, quanto maior o tempo de escolarização, menor a realização do pronome tônico.

Gráfico VII A correlação do pronome tônico *versus* escolaridade



Em síntese, o levantamento dos condicionamentos linguísticos atuantes no processo de variação do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala araguaiense mostra-nos que o clítico acusativo está sendo substituído preferencialmente pelo objeto nulo. Com efeito, a não realização fonológica do objeto direto anafórico está preferencialmente relacionada ao traço [-animado]. A realização fonológica do objeto direto anafórico ocorre, preferencialmente, com sintagma nominal e pronome lexical.

4.3 Análise geral dos dados

Os resultados apresentados nos permitem concluir que a comunidade araguaense apresenta vestígios da mudança em curso quanto à realização do objeto direto de 3ª pessoa, somando-se à constatação do fenômeno em várias outras regiões do país. Esta mudança foi estudada e sistematizada por pesquisadores em diversas regiões do Brasil, entre eles: Tarallo (1990), Omena (1978), Duarte (1986), Cyrino (1999), entre outros.

Tarallo (1990) demonstra, no quadro abaixo, a evolução histórica desse processo de mudança.

	1725	1775	1825	1880	1982
<i>pronomes pessoais</i>	28/120 23,3%	41/154 26,6%	25/152 16,4%	57/152 32,7%	572/720 79,4%
<i>clítico acusativo</i>	83/93 80,2%	51/53 96,2%	36/43 83,7%	59/98 60,2%	72/396 18,2%

(TARALLO, 1990, p. 140)

Percebemos nitidamente o progresso da mudança linguística, ao longo dos séculos. No século XVIII, a realização dos clíticos acusativos atinge uma porcentagem altíssima (chega a 96,2%). Já no final do século XIX há uma tendência ao desaparecimento dos clíticos acusativos. No século XX, os indícios de desaparecimento dos clíticos aumentam intensamente, sua expressão atinge apenas 18,2%.

Pesquisas realizadas do final do século XX aos dias atuais descrevem a substituição dos clíticos acusativos, preferencialmente, pelo objeto nulo, conforme demonstra Matos (2005):

Pesquisas	Clítico	Pron lex	SN anafórico	Objeto nulo
Omena (1978) – RJ	-	24,0%	-	76,0%
Pereira (1981) - RJ	0,9%	-	41,3%	57,8%
Duarte (1986) - SP	4,9%	15,4%	17,1%	62,6%
Malvar (1992) - DF	1,0%	25,0%	28,0%	46,0%
Pará (1997) - RJ	-	14,0%	24,0%	63,0%
Luíze (1997) - SC	1,0%	9,0%	36,0%	54,0%
Averbug (1998) - RJ	0,25%	15,15%	41,5%	43,1%
Matos (2005) - SE	-	9,4%	22,3%	68,3%

(apud MATOS, 2005)

Cumprindo o nosso objetivo principal de descrever a realização do objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala araguiense e de contribuir para a descrição linguística dessa comunidade, representamos, na tabela 18, os resultados gerais obtidos neste trabalho:

Tabela 17 Quadro geral das ocorrências na comunidade linguística araguiense

Variantes	Ocorrências	%
clítico acusativo	03	0,55
pronome tônico <i>ele</i>	38	7,10
forma zero	413	77,05
SN anafórico	82	15,30
Total	536	100

Observando os três últimos quadros (Tarallo, Matos e a tabela 17 deste trabalho) percebemos a efetividade de uma variação linguística que aponta para o desaparecimento do clítico acusativo no PB, num processo contínuo e abrangente. Quanto às formas substitutas, as pesquisas recentes indicam preferência à pela forma zero, sugerindo a possibilidade de se estabilizar. Porém, neste particular, nossa pesquisa contraria a perspectiva de estabilização do objeto nulo. Recordando Tarallo (1990, p. 140), a estabilidade é firmada “se o uso da variante inovadora for mais frequente na fala do grupo mais jovem decrescendo gradativamente e correspondentemente à idade dos outros informantes”. Pois bem, na comunidade araguiense, a primeira faixa etária (jovens) registra 70,40%, e essa porcentagem aumenta de acordo com a idade: a segunda faixa etária marca 75,94% e na terceira faixa etária eleva-se a 84,30%. Considerando que a variante em questão não é decrescente, não podemos afirmar estabilidade.

Por outro lado, apesar de somar a minoria da realização de objeto direto anafórico, o pronome tônico e o sintagma nominal anafórico têm indícios de estabilidade. O pronome tônico atingiu 0% de expressão na terceira faixa etária, nas faixas mais jovens apresentou índices crescentes (9,43% para segunda faixa etária e 11,84% para a primeira). O sintagma nominal anafórico apresentou resultados instáveis: 17,10% correspondentes à primeira faixa etária, 14,15% para a segunda faixa e, 15,12% para a terceira faixa. A segunda faixa etária registra uma queda, comparada a terceira, e a primeira faixa registra uma elevação comparada à segunda faixa.

Em síntese, percebemos nitidamente o declínio, na fala brasileira, do uso de clíticos acusativos de 3ª pessoa substituídos, preferencialmente pela categoria vazia, este fenômeno em variação também inclui a comunidade araguiense.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados nesta pesquisa são produtos de um trabalho sob o domínio da Sociolinguística e orientado pela Teoria da Variação de William Labov (2008). Estes resultados mostram-nos a variação na realização do objeto direto anafórico na fala araguiense condicionada por fatores linguísticos (relacionada ao valor semântico do antecedente: [+] animado ou [-] animado; [+] específico ou [-] específico) e extralinguísticos: faixa etária, escolaridade e sexo dos falantes.

Fundamentadas nos resultados desta pesquisa, podemos inferir que a variante considerada padrão – o clítico acusativo na função de objeto direto – passa por um processo de apagamento na comunidade estudada, reforçando a tendência de desaparecimento no português do Brasil, uma vez que o fenômeno já foi constatado em estudos realizados em diversas regiões do país. O uso da forma padrão, neste caso, comumente é qualificado de pedantismo, exceto nas situações que requerem formalidade à fala, como palestras, conferências, entrevistas, etc, o que imprime ao clítico sinais de estigmatização.

A variante que se afirma na preferência dos falantes é a forma zero (objeto nulo ou categoria vazia), uma variante não-padrão. Ainda que a norma padrão da língua resguarde o prestígio social dos traços linguísticos definidos e prescritos na gramática, o uso popular de expressões alternativas exerce forte pressão sobre a normatização. Esse jogo de forças nos permite vislumbrar mudanças na estrutura da língua e, conseqüentemente, reversão da avaliação dos falantes, ou seja, transferência do valor e do prestígio de uma forma a outra.

Certamente há muito ainda a se investigar neste campo específico da variação para se afirmar uma mudança linguística efetiva. Neste sentido, manifestamos nossa expectativa de que este trabalho venha a contribuir com o debate acadêmico-científico sobre a questão, somando-se aos demais e motivando novos estudos.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Tânia. Sociolinguística. *In: Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. V. 1. Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes (orgs.) – 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas e FFLCH: USP, 2002, v. III.

ARRUDA, N. C. **A realização do objeto direto no português brasileiro culto falado: um estudo sincrônico**. Araraquara: Unesp, 2006.

AVERBUG, M. C. G. **Aquisição em português brasileiro: o parâmetro do objeto nulo**. Tese de doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, 2000.

BENVENISTE, E. A natureza dos pronomes. *In: _____*. **Problemas de linguística geral I**. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 4 ed. Campinas: Pontes, 1995. Tradução de: Problèmes de Linguistique Générale.

BERLINCK, R. A. **A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia**. Dissertação de Mestrado, Campinas: UNICAMP, 1988.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso (trad.) SAPIR. **A linguagem: introdução ao estudo da fala**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.

_____. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

_____. Ele como acusativo no português do Brasil. *In: _____*. **Dispersos de J. Mattoso Camara Jr.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____. **Estrutura da língua portuguesa**. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **História da Linguística**. Tradução e Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CARVALHO, Gislaine A. **A realização do sujeito na fala do araguaense**. Dissertação de Mestrado pela UNESP-Araraquara, 2005.

CASTILHO, A. T. O português no Brasil. *In: ILARI, R. Linguística românica*. São

Paulo: Ática, 1992.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

COUTINHO, I. L. **Gramática Histórica**. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1976.

CYRINO, S. M. L.. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____. **O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico**. Londrina: Editora da UEL, 1997.

_____. Elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo. In: NEVES, Maria Helena Moura. **Gramática do Português Falado**. 2 ed. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

CYRINO, S. **O objeto nulo no português brasileiro** em Eberhard Gärtner, Christine Hundte Axel Schönberger (orgs) Estudos de gramática portuguesa, vol III Frankfurt am Main, TFM, p. 61-73, 2000.

CUNHA, Celso. **Novíssima gramática do português falado no Brasil**. 2001.

DALTO, C. D. L. **Estudo sociolingüístico dos pronomes-objeto de primeira e segunda pessoas nas três capitais do Sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 2002.

DUARTE, M. E. L. **Variação e sintaxe: Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1986.

_____. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas: Pontes, 1989.

FARACO, C. A. O tratamento de você em português: uma abordagem histórica. In: **Fragmenta**, Curitiba, n 13, 1996.

FREIRE, G. C. **Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana.** Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

FIORIN, J. L. (org.) **Introdução à Linguística: I. Objetos teóricos.** 6 ed., 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

GALVES, C. **O objeto nulo em português brasileiro: percurso de uma pesquisa.** *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 17, 65-90, 1989.

_____. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica.** 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____. **Ensaio sobre as gramáticas do português.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

KATO, M.; DUARTE, M. E.; CYRINO, S. & BERLINCK, R. “Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio” In: Suzana Cardoso, Jacyra Mota e Rosa Virgínia Matto e Silva (orgs.) **Quinhentos anos de história lingüística no Brasil.** Salvador, Empresa Gráfica da Bahia/Funcultura/Governo da Bahia. Pp. 413-438. (2006). ISBN: 85-232-0260-9.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos.** Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARIANI, Bethania. **Colonização lingüística.** Campinas, SP: Pontes, 2004.

MATOS, M. Z. M. S. **A expressão do objeto direto anafórico nos falares urbanos itabienses.** Dissertação de Mestrado, Araraquara: UNESP, 2005.

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale.** Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1918.

MOLLICA, M. C. BRAGA, M.L. (orgs.) **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação.** 4 ed., São Paulo: Contexto, 2010.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MORALIS, Edileusa Gimenes. **Dialetos em contato: um estudo sobre atitudes linguísticas**. Dissertação de mestrado pela UNICAMP. Campinas, SP, 2000.

MAURER, 1959.

NARO, Anthony Julius. SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NUNES, Jairo. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: KATO, Mary A. & ROBERTS, Ian. (orgs.) **Português brasileiro — uma viagem diacrônica**. Campinas, UNICAMP, pp. 207-220, 1993.

OLIVEIRA, A. M. DE. **Alto Araguaia: dos garimpos à soja**. Cuiabá: Print Express, 1998.

OLIVEIRA, Fernão de. **Gramática da Língua Portuguesa**. Braga: Barbosa & Xavier, Limitada – Artes Gráficas, 2000.

OLIVEIRA, Solange M. Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: ma análise de textos escolares. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem-ReVEL**, v. 5, n. 9, agosto de 2007. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br]

PEREIRA, Maria das Graças Dias. **A variação na colocação dos pronomes átonos no português do Brasil**. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1981.

PRETI, D. **Estudos de língua oral e escrita**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

ROBERTS, I.; KATO, M. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 38 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

_____. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 41 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2001.

SAPIR, E. **A linguagem: uma introdução ao estudo da fala**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

SILVA, M. C. V. F. **O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro**. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 2004.

SILVA NETO, S. **História da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

SILVA, Rita do Carmo Polli da. **A sociolinguística e a língua materna**. Curitiba: Ibex, 2009.

SILVA e PAIVA, 1996.

TARALLO, F. **A pesquisa socio-linguística**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Tempos linguísticos: Itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: editora ática, 1990.

TOMANIN, Cássia Regina. **Fotografias da fala de Alto Araguaia MT**. Dissertação de mestrado pela UNICAMP. Campinas: 2003.

OBRAS CONSULTADAS

ADGER, C. T.; CHRISTIAN, D. Sociolinguistic variation and education. *In*: BAYLEY, R.; LUCAS, C. (eds) **Sociolinguistic Variation: theories, methods, and applications**. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 237-253.

AMARAL, L. I. C. A importância de variáveis estilístico-discursivas para a análise de fenômenos linguísticos variáveis. *In*: VANDRESEN, P. (org.) **Variação e mudança no português falado na região sul**. Pelotas: Educat, 2002.

ANTONINO, Vivian. BANDEIRA, Manuele. **Nós, A gente e a concordância em uma comunidade afro-brasileira isolada**. Universidade Federal da Bahia.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORREGANA, A. A. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Contra, 2004.

CAMACHO, R. **A variação linguística**. São Paulo.

CHAMBERS, J. K. Correlations (The Domain of Sociolinguistics; The Variable as Structural Unit). *In: _____*. **Sociolinguistic Theory**. Linguistic Variation and its Social Significance. Oxford, UK/ Cambridge, USA: Blackwell, 1995, p. 1-24.

CHAMBERS, J. K. Variation and the Tradition of categoricity. *In: _____*. **Sociolinguistic Theory**. Linguistic Variation and its Social Significance. Oxford, UK/ Cambridge, USA: Blackwell, 2003.

CYRINO, S. **Elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo**. *In: Maria Helena de Moura Neves. (Org.)*. Gramática do Português Falado. 1a ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2000.

CORRÊA, Vilma R. **O objeto direto nulo no português do Brasil**. Dissertação de mestrado. Campinas, UNICAMP, 1991.

DILLINGER, M. et al. Padrões de complementação no Português Falado. *In: KATO, M. (Org.)* **Gramática do Português Falado**, v. V, Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESB, 1996.

GUY, G. Variation and phonological theory. *In: BAYLEY, R.; LUCAS, C. (eds)* **Sociolinguistic Variation: theories, methods, and applications**. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 5-23.

ILARI, Rodolfo. BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LABOV, W. **Modelos sociolingüísticos**. Tradução: José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Cátedra, 1983. Tradução de: Sociolinguistic patterns.

LIMA, R. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 17 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1974.

MATELOTTA, M, E. OLIVEIRA, M. R. de, CEZARIO, M. M., VOTRE, A. F. DA C, S., COSTA, M. A., WILSON, V., KENDY, E., LEITÃO, M. M., PALOMANES, R. (orgs.) **Manual de linguística**. 1 ed. 2 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTGOMERY, M. Variation and historicaln linguistics. *In*: BAYLEY, R.; LUCAS, C. (eds) **Sociolinguistic Variation: theories, methods, and applications**. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 110-132.

MUSSALIN, F. BENTES, A. C. **Introdução à linguística 1: domínios e fronteiras**. Editora Cortez.

NORMAND, C. **Convite à linguística**. Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan (orgs.). Tradução de Cristina de Campos Velho Birck *et al.* São Paulo:Contexto, 2009.

NUNES, Carla da Silva. **Um estudo sobre a ordem dos clíticos em complexos verbais no PB e no PE**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2009.

OMENA, N. P. **Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PUC, 1978.

PAIVA, M^a Conceição de & DUARTE, M^a Eugênia Lamoglia (Orgs.) (2003). **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Clíticos, mudança e seleção natural. *In*: KATO, Mary A. & ROBERTS, Ian. (orgs.) **Português brasileiro — uma viagem diacrônica**. Campinas, UNICAMP, pp. 185-206, 1993.

SCHILLING-ESTES, N. Investigating Stylistic Variation. *In*: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL. P.; SCHILLING-ESTE, N. (eds) **The Handbook, of Language Variation and Change**. Blackwell Publishing, 2003.

VANDRESEN, P. (org.) **Variação e mudança no português falado na região sul.** Pelotas: Educat, 2002.

WEINREICH, Uriel. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** Uriel Weinreich, William Labov, Marvin Herzog. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.